



		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO				M G
NOME ANDRESA ROCHA CROSARA DOMINGOS						
DOC. IDENTIDADE/ÓRG EMISSOR/UF MG8796587 SSP MG						
CPF 055.089.226-52			DATA NASCIMENTO 30/12/1983			
FILIAÇÃO WELBER KENDALL CROSARA LEA ROCHA CROSARA						
PERMISSÃO		ACC		CAT. HAB. B		
Nº REGISTRO D2304067901		VALIDADE 18/11/2031		1ª HABILITAÇÃO 08/04/2002		
OBSERVAÇÕES						
<i>Reclamação</i>						
ASSINATURA DO PORTADOR						
LOCAL UBERLÂNDIA, MG			DATA EMISSÃO 23/11/2021			
ASSINADO DIGITALMENTE DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO					87206455275 MG605896801	
MINAS GERAIS						
DENATRAN			CONTRAN			

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: <https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

SERPRO / SENATRAN



11º TABELIÃO DE NOTAS
São Paulo - SP
COMARCA DE SÃO PAULO
PAULO AUGUSTO RODRIGUES CRUZ



Livro 6206, fls. 345

Procuração bastante que faz:

UP BRASIL ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.-

Aos treze (13) de janeiro de dois mil e vinte e cinco (2025), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.306, cj 51, sala 01, onde a chamado vim perante mim escrevente do 11º Tabelião de Notas desta Capital, compareceu como outorgante: **UP BRASIL ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA**, sociedade limitada unipessoal, com sede nesta Capital, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.306, cj 51, sala 01, – Jardim Paulistano – CEP 01451-914, inscrita no CNPJ sob nº 02.959.392/0001-46, com seus Atos Constitutivos Consolidados 18.01.2023, registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 43.106/23-7, neste ato representada, na forma do clausula 6º, parágrafo 6º do seu Contrato Social, por seu por seu Diretor **THOMAS RICHARD VICTOR RENÉ PILLET**, brasileiro, casado, diretor, portador da cédula de identidade RG nº 60.964.760-X-SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 229.411.108-79, residente e domiciliado nesta Capital e com endereço profissional acima mencionado, e declara ainda, sob as penas da Lei, que não existe alteração posterior à acima mencionada como se comprova na Ficha Cadastral Simplificada emitida pela mesma Junta Comercial em 27/12/2024 sendo que uma cópia dos atos fica arquivada nestas notas na pasta própria nº 165, sob nº 32984; Os presentes capazes, reconhecidos como os próprios por mim, conforme foi dado verificado pelos documentos apresentados, do que de tudo dou fé; e por ela outorgante como vem representada, me foi dito que, por este público instrumento e nos termos de direito, nomeia e constitui como seus bastante procuradores: **ANDRESA ROCHA CROSARA DOMINGOS**, brasileira, casada, advogada, portadora da Cédula de Identidade, RG nº MG-8.796.587-PC/MG, inscrita no CPF/MF nº 055.089.226-52; **MARCELO SIQUEIRA BENEVIDES**, brasileiro, casado, gerente comercial, portador da Cédula de Identidade, RG nº 92002197903-SSP/CE, inscrito no CPF/MF nº 423.927.303-00; **RODRIGO CAIADO PARONETTO**, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade, RG nº 6.853.698-SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 947.213.606-06; **IGOR LÚCIO GOULART FERREIRA**, brasileiro, solteiro,

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL, QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO



União Internacional
do Notariado Latino
(Fundada em 1948)



10972602158787.000630528-7

R Domingos De Moraes - 1062 ***** VI Mariana - São Paulo - SP
Fone: 11-5085-5755 Fax: 11-5575-5672



v4.0 - Dautin Blockchain certifica em 22/07/2025 13:10:01 que o documento de hash (SHA-256)
051daf039d024ec19057eb86877f3507e4b316c814c8702684722d4791d57ff foi validado em 22/07/2025 13:05:01 através da transação blockchain
0x9a6765300248365fc4f873ae76a211175aacce7420d36ca32c12e3d03ab9fa04 e pode ser verificado em <https://www.dautin.com/FileCheck> (NID: 279311)





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado de São Paulo

analista jurídico, portador da Cédula de Identidade, RG nº MG-10.882.552-SSP/MG, inscrito no CPF/MF nº 079.552.446-30; **JOÃO VITOR FERNANDES VIEIRA**, brasileiro, solteiro, analista de licitações, portador da cédula de Identidade nº. MG 19.515-616 - SSP/MG, e inscrito no CPF/MF sob o nº. 103.573.476-17; **MELIZA CRISTINA DA SILVA MACEDO**, brasileira, casada, analista de licitações, portadora da Cédula de Identidade, RG nº MG-10.851.225-SSP/MG, inscrita no CPF/MF nº 052.149.176-27; **APARECIDA NUNES DA SILVA**, brasileira, solteira, analista de licitações, portadora da Cédula de Identidade, RG nº 19.153.424-9-SSP/SP, inscrita no CPF/MF nº 078.333.598-90; **SULE CAROLINA HENRIOUES MESIAS LEITE FERREIRA DE SOUZA**, brasileira, divorciada, consultora de vendas, portadora da Cédula de Identidade, RG nº 003.299.960-SSP/RN, inscrita no CPF/MF nº 946.957.921-68; **DELAMARE DE OLIVEIRA BONFIM**, brasileira, casada, consultora de vendas, portadora da Cédula de Identidade, RG nº 8.401.659-SESP/PR, inscrita no CPF/MF nº 049.778.879-99; **DANIELA DE MELO MARTINS**, brasileira, solteira, consultora de vendas, portadora da Cédula de Identidade, RG nº 36.592.213-4-SSP/SP, inscrita no CPF/MF nº 417.695.568-69; **KHÉLVIO MARTINS DE PAULA**, brasileiro, casado, consultor de vendas, portador da Cédula de Identidade, RG nº 14.051.731-PC/MG, inscrito no CPF/MF nº 095.680.466-74; **PATRÍCIA BEATRIZ LANARI DRUMOND AMORIM**, brasileira, solteira, gerente comercial, portadora da Cédula de Identidade, RG nº 11.653.258-SSP/MG, inscrita no CPF/MF nº 044.635.006-05; **ROGERO MONTEIRO MEVES**, brasileiro, divorciado, gerente comercial, portador da Cédula de Identidade, RG nº 14.526.964-4-SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 118.029.128-00; **POLYANNA HEKVECIO GOMES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade, RG 3069716-SPTC/ES e inscrita no CPF/MF sob nº 132.525.577-70; **MERILY CLEY SILVA DE OLIVEIRA**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade, RG nº 1.641.987-SSP/ES e inscrita no CPF/MF sob nº 085.321.437-92; aos quais conferem os mais amplos, gerais e ilimitados poderes, para **AGINDO ISOLADAMENTE, INDEPENDENTEMENTE DA ORDEM DE NOMEAÇÃO**, representar a Outorgante em licitações em todo território nacional, junto ao órgãos públicos e Sociedade de economia mista, sejam estes municipais, estaduais ou federais, com poderes para tomar qualquer decisão durante as fases do

Paulo h.
RCC





11º TABELIÃO DE NOTAS
São Paulo - SP
COMARCA DE SÃO PAULO
PAULO AUGUSTO RODRIGUES CRUZ



processo, inclusive concordar com todos os seus termos, podendo solicitar edital, credenciar-se perante os órgãos, participar de certame, assistir a abertura de proposta, bem como assiná-las, negociar preços, apresentar novas propostas, rebaixar preços, conceder descontos, formular ofertas e lances verbais nos certames licitatórios/pregões presenciais ou eletrônicos, quando for o caso, declarar intenção de interpor recursos, fazer impugnações, reclamações, protestos, prestar caução, levantá-las, transigir, desistir, assinar declarações e prestar todos os esclarecimentos requeridos pelo pregoeiro, agente da Administração responsável pela condução do certame ou representante da comissão de licitação, apresentar e assinar impugnação e representação contra editais de licitação Pública, reclamações, protestos e recursos, outrossim, a OUTORGANTE, concede aos OUTORGADOS poderes de representação perante pessoas jurídicas de direito público (órgãos Públicos da União, Estados e Municípios, autarquias e demais entidades de Direito Públicos) notadamente Ministério Público e da Ordem Econômica com o SOE, CADE, Procon e similares Tribunais de contas da União e dos Estados: abrangendo obviamente o requerimento de certidões, a vista e a cópia de processos e procedimentos administrativos, podendo os poderes acima descritos serem substabelecidos, com reserva de poderes. A Outorgante confere, ainda, os poderes específicos aos Outorgado MARCELO SIQUEIRA BENEVIDES, ANDRESA ROCHA CROSARA DOMINGOS, RODRIGO CAIADO PARONETO e PATRÍCIA BEATRIZ LANARI DRUMOND AMORIM, todos acima qualificados, para, em CONJUNTO DE DOIS, assinar contratos de prestação de serviços com órgãos públicos e Sociedade de economia mista, e seus respectivos aditivos. No entanto, este mandato ficará sem efeito com relação a qualquer dos OUTORGADOS, independentemente de qualquer aviso, notificação ou outra formalidade judicial ou extrajudicial, se por qualquer motivo for rescindido o contrato de trabalho do referido OUTORGADO com o OUTORGANTE, a partir da data da referida rescisão. **A PRESENTE PROCURAÇÃO TERÁ VALIDADE PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES A CONTAR DESTA DATA.** E de como assim o disse, dou fé, pedi-me e lhe lavrei este instrumento de procuração, que lhe sendo lido, aceitou, outorgou e assinou.- AO

30

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL, QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO



União Internacional do Notariado Latino (Fundada em 1948)



10972602158787.000630529-5

R Domingos De Moraes - 1062 ***** VI Mariana - São Paulo - SP
Fone: 11-5085-5755 Fax: 11-5575-5672



v4.0 - Dautin Blockchain certifica em 22/07/2025 13:10:01 que o documento de hash (SHA-256)
051daf039d024ec19057eb86877f3507e4b316c814c8702684722d4791d57ff foi validado em 22/07/2025 13:05:01 através da transação blockchain
0x9a6765300248365fc4f873ae76a211175aacce7420d36ca32c12e3d03ab9fa04 e pode ser verificado em <https://www.dautin.com/FileCheck> (NID: 279311)



Prova de Autenticidade válida até 20/10/2025



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado de São Paulo

TABELIÃO R\$ 376,60 // Ao Estado R\$ 107,04 // À Secretaria da Fazenda R\$ 73,24 // Ao Fundo do Registro Civil R\$ 19,82 // Ao Tribunal de Justiça R\$ 25,84 // À Santa Casa R\$ 3,76 // Ao Ministério Público R\$ 18,08 // Ao Município R\$ 8,04 // Total Escritura R\$ 632,42.- Eu, Murilo do Carmo Silva, escrevente notarial, a lavrei.- Eu, Everaldo Cruz Luz, substituto, a subscrevo (a.a.) =/= **THOMAS RICHARD VICTOR RENÉ PILLET** =/= Nada mais.- Traslada na mesma data.- Eu, Everaldo Cruz Luz, substituto, a subscrevo em público e raso, portando por fé que o presente traslado é cópia fiel do original lavrado nestas notas.-

Em testemunho *[Signature]* da verdade

[Signature]

Código do Selo Digital: 1144541PR000209048001P25E

R\$ 632,42



Código do Selo Digital: 1144541PR000209048001P25E

R\$ 632,42

Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QR Code impresso ou acesse o endereço eletrônico <https://selodigital.tjsp.jus.br>



Dautin Blockchain
Rua Dagoberto Nogueira, 100
Ed. Torre Azul - 11º Andar
Sala 1101, Centro, Itajaí - SC
(47) 3514-7599 | (47) 99748-2223
www.dautin.com | dautin@dautin.com



Prova de Autenticidade válida até 20/10/2025

CERTIFICADO DE PROVA DE AUTENTICIDADE ELETRÔNICA

A **Dautin Blockchain** CERTIFICA para os devidos fins de direito que, o arquivo digital especificado com o tipo documental **Autenticação** e representado pela função hash criptográfica conhecida como SHA-256, de código **051daff039d024ec19057eb86877f3507e4b316c814c8702684722d4791d57ff** foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes¹ através da rede blockchain Binance Smart Chain, sob o identificador único denominado NID **279311** dentro do sistema.

A autenticação eletrônica do documento intitulado "**PROCURAÇÃO PÚBLICA UP BRASIL**", cujo assunto é descrito como "**PROCURAÇÃO PÚBLICA UP BRASIL**", faz prova de que em **22/07/2025 13:04:54**, o responsável **UP Brasil Administração e Serviços Ltda (02.959.392/0001-46)** tinha posse do arquivo com as mesmas características que foram reproduzidas na prova de autenticidade, sendo de UP Brasil Administração e Serviços Ltda a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a Dautin Blockchain

Este CERTIFICADO foi emitido em **22/07/2025 13:10:02** através do sistema de autenticação eletrônica da empresa Dautin Blockchain de acordo com o Art. 10, § 2º da MP 2200-2/2001, Art. 107 do Código Civil e Art. 411, em seus §§ 2º e 3º do Código de Processo Civil, estando dessa maneira de acordo para o cumprimento do Decreto 10278/2020.

Para mais informações sobre a operação acesse o site <https://www.dautin.com> e informe o código da transação blockchain **0x9a6765300248365fc4f873ae76a211175aacce7420d36ca32c12e3d03ab9fa04**. Também é possível acessar a consulta através da rede blockchain em <https://bscscan.com/>

¹ Legislação Vigente: Medida Provisória nº 2200-2/2001, Código Civil e Código de Processo Civil.



Presidência da República Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos
MEDIDA PROVISÓRIA 2.200-2
DE 24 DE AGOSTO DE 2001.



À

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARARÉ/SP**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8.664/2025 CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 14A/2025 EDITAL RETIFICADO.****PROPOSTA**

A empresa **UP BRASIL ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.**, estabelecida na Av. Brigadeiro Faria Lima – 1306 – conj. 51 – Sl. 01 – Jardim Paulistano – São Paulo/SP – CEP: 01451-914, inscrita no CNPJ sob o n.º 02.959.392/0001-46, por intermédio de sua representante legal, **Aparecida Nunes da Silva**, CPF nº 078.333.598-90, domiciliado na Av. Brigadeiro Faria Lima, 1306, Cj. 51 Sala 01, Jd. Paulistano – São Paulo -SP, email - licitacoes@upbrasil.com, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Chamamento Público nº 14A/2025 instaurada pela Prefeitura Municipal de Itararé, DECLARA, expressamente, que:

SERVIÇO	Nº DE SERVIDORES APTOS A RECEBEREM O BENEFÍCIO	Nº DE SERVIDORES QUE JÁ DEMONSTRARAM INTERESSE E RECEBER O VALE	VALOR DO BENEFÍCIO P/ MÊS
Fornecimento e Administração de Cartões de Vale Alimentação	1.550	749	R\$ 420,00

Taxa 0,00% (zero vírgula zero zero) por cento.

Declaração: Cientes que se tratando de credenciamento, o atendimento será de acordo a quantidade de votos.

Declaramos que:

5.2 - Os serviços objeto do presente credenciamento serão prestados com taxa de 0% de administração e sem custo de qualquer operação necessária à sua execução.

5.3 – O valor do benefício, concedido aos usuários, será obrigatoriamente aquele indicado acima, não sendo admitido qualquer tipo de desconto, podendo apenas ser atualizado conforme eventuais atualizações da legislação municipal.

5.4 – Não serão admitidos também acréscimos, por parte dos estabelecimentos credenciados, nas compras realizadas com uso do vale alimentação concedido aos usuários.

Dados da empresa:

RAZÃO SOCIAL.	UP Brasil Administração e Serviços Ltda.
CNPJ.	02.959.392/0001-46
ENDEREÇO.	Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1.306, conjunto 51, sala 1. Jardim Paulistano – São Paulo / SP – CEP.: 01451-914
INSCRIÇÃO ESTADUAL	128.231.851.119

UP BRASIL ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA/ CNPJ/MF: 02.959.392/0001-46

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1.306, cj. 51, sala 1, Jardim Paulistano –São Paulo/SP, CEP 01451-914

e-mail: licitacoes@upbrasil.com

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	5.865.535-2
TELEFONE / FAX.	34-3233-3493 / FAX: 3478//11-98186-4926/11-3576-7551
E-MAIL	licitacoes@upbrasil.com
BANCO:	BANCO DO BRASIL 001 – EMPRESARIAL PAULISTA
AGÊNCIA:	1913-5
CONTA CORRENTE	56.293-9
PIX (via CNPJ)	02.959.392/0001-46 UP Brasil Administração e Serviços Ltda

Informações sobre o responsável legal da empresa que assinará o contrato.

1-ANDRESA ROCHA CROSARA DOMINGOS

ESTADO CIVIL DO SIGNATÁRIO Casada/Advogada/ Gerente de Licitação
 IDENTIDADE DO SIGNATÁRIO Conforme procuração anexo neste processo
 NACIONALIDADE DO SIGNATÁRIO Brasileira
 CPF DO SIGNATÁRIO Conforme procuração anexo neste processo
 ENDEREÇO: Av, Brigadeiro Faria Lima, nº 1.306, conjunto 51, sala 1. Jardim Paulistano – São Paulo / SP – CEP.: 01451-914
 TELEFONE 27 99225-8353//34-3233-3493// 11-96174-0108
 E-MAIL INSTITUCIONAL E E-MAIL PESSOAL: licitacoes@upbrasil.com; andresa.rocha@upbrasil.com

2-PATRICIA BEATRIZ LANARI DRUMOND AMORIM

ESTADO CIVIL DO SIGNATÁRIO Solteira/ Gerente de Mercado Publico
 IDENTIDADE DO SIGNATÁRIO Conforme procuração anexo neste processo
 NACIONALIDADE DO SIGNATÁRIO Brasileira
 CPF DO SIGNATÁRIO Conforme procuração anexo neste processo
 ENDEREÇO Av, Brigadeiro Faria Lima, nº 1.306, conjunto 51, sala 1. Jardim Paulistano – São Paulo / SP – CEP.: 01451-914
 TELEFONE 27 99225-8353//34-3233-3493// 11-96174-0108
 E-MAIL INSTITUCIONAL E E-MAIL PESSOAL: licitacoes@upbrasil.com; patricia.amorim@upbrasil.com

São Paulo, 17 de setembro de 2025.

UP BRASIL ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA

CNPJ nº02.959.392/0001-46

P/P- Aparecida Nunes da Silva

RG nº 19.153.424-9 SSP-SP

CPF nº 078.333.598-90

UP BRASIL ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA/ CNPJ/MF: 02.959.392/0001-46

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1.306, cj. 51, sala 1, Jardim Paulistano –São Paulo/SP, CEP 01451-914

e-mail: licitacoes@upbrasil.com



v4.0 - Dautin Blockchain certifica em 22/07/2025 13:11:19 que o documento de hash (SHA-256)
e45a5497aac43451621b35352b7a814007eed742037a14def27e0868bffd6296 foi validado em 22/07/2025 13:06:08 através da transação blockchain
0x894915b262cedb88d1ba5a44c5ceb80e59b6a55c3b101b18b1e8640318ae31b5 e pode ser verificado em <https://www.dautin.com/FileCheck> (NID: 279315)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

8100-0

ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAJUNT



POLEGAR DIREITO



53335769

ASSINATURA DO TITULAR



CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: **60.964.760-X** 1 via DATA DE EXPEDIÇÃO: 24/02/2016

NOME: **THOMAS RICHARD VICTOR RENÉ PILLET** DATA DE NASCIMENTO: **04/10/1974**

FILIAÇÃO: **GILBERT VICTOR PIERRE PILLET
MARIE-ODILE GENEVIÈVE BLANCHE MÉTÉNIER**

NATURALIDADE: **FRANÇA**

DOC ORIGEM: **PORTARIA MINISTERIAL MJ 00327/2014**

CPF: **229411108/79**



ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

CITWA
NÃO PLASTIFICAR
CITWA





v4.0 - Dautin Blockchain certifica em 22/07/2025 13:11:19 que o documento de hash (SHA-256)
e45a5497aac43451621b35352b7a814007eed742037a14def27e0868bfd6296 foi validado em 22/07/2025 13:06:08 através da transação blockchain
0x894915b262cedb88d1ba5a44c5ceb80e59b6a55c3b101b18b1e8640318ae31b5 e pode ser verificado em <https://www.dautin.com/FileCheck> (NID: 279315)



Two document verification labels are shown, each containing a barcode, a QR code, and a label:

- Top label: Barcode, "Serie: B-829", "062-293-X", QR code, "Foto (online)"
- Bottom label: Barcode, "Serie: B-829", "062-293-X", QR code, "Dados"

Dautin Blockchain
Rua Dagoberto Nogueira, 100
Ed. Torre Azul - 11º Andar
Sala 1101, Centro, Itajaí - SC
(47) 3514-7599 | (47) 99748-2223
www.dautin.com | dautin@dautin.com



Prova de Autenticidade válida até 20/10/2025

CERTIFICADO DE PROVA DE AUTENTICIDADE ELETRÔNICA

A **Dautin Blockchain** CERTIFICA para os devidos fins de direito que, o arquivo digital especificado com o tipo documental **Autenticação** e representado pela função hash criptográfica conhecida como SHA-256, de código **e45a5497aac43451621b35352b7a814007eed742037a14def27e0868bffd6296** foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes¹ através da rede blockchain Binance Smart Chain, sob o identificador único denominado NID **279315** dentro do sistema.

A autenticação eletrônica do documento intitulado "**RG - THOMAS**", cujo assunto é descrito como "**RG - THOMAS**", faz prova de que em **22/07/2025 13:06:01**, o responsável **UP Brasil Administração e Serviços Ltda (02.959.392/0001-46)** tinha posse do arquivo com as mesmas características que foram reproduzidas na prova de autenticidade, sendo de UP Brasil Administração e Serviços Ltda a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a Dautin Blockchain

Este CERTIFICADO foi emitido em **22/07/2025 13:11:21** através do sistema de autenticação eletrônica da empresa Dautin Blockchain de acordo com o Art. 10, § 2º da MP 2200-2/2001, Art. 107 do Código Civil e Art. 411, em seus §§ 2º e 3º do Código de Processo Civil, estando dessa maneira de acordo para o cumprimento do Decreto 10278/2020.

Para mais informações sobre a operação acesse o site <https://www.dautin.com> e informe o código da transação blockchain **0x894915b262cedb88d1ba5a44c5ceb80e59b6a55c3b101b18b1e8640318ae31b5**. Também é possível acessar a consulta através da rede blockchain em <https://bscscan.com/>

¹ Legislação Vigente: Medida Provisória nº 2200-2/2001, Código Civil e Código de Processo Civil.



Presidência da República Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos
MEDIDA PROVISÓRIA 2.200-2
DE 24 DE AGOSTO DE 2001.



RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE 35215527436	CNPJ 02.959.392/0001-46	
NOME EMPRESARIAL UP BRASIL ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA		

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO 01/01/2023 a 31/12/2023
NATUREZA DO LIVRO DIARIO GERAL	NÚMERO DO LIVRO 32
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH) 13.8A.C5.ED.60.05.C5.F6.48.16.A1.C8.5E.25.4D.4C.CC.42.5C.0D	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTE CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
PESSOA JURÍDICA	02959392000146	UP BRASIL ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA: 02959392000146	905103729107459208 7	12/12/2023 a 11/12/2024	Sim
Contador	28519883877	YALIS KLUSKA ROSA DONINI:28519883877	869244410822773954 9	28/07/2023 a 27/07/2024	Não

NÚMERO DO RECIBO:

13.8A.C5.ED.60.05.C5.F6.48.16.A1.C8.
5E.25.4D.4C.CC.42.5C.0D-5

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 17/05/2024 às 10:16:56

FB.C3.09.CA.B0.C6.FF.59
B6.5E.29.6D.ED.45.1E.9D

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8,934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8,934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.



TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO



Entidade:	UP BRASIL ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA		
Período da Escrituração:	01/01/2023 a 31/12/2023	CNPJ:	02.959.392/0001-46
Número de Ordem do Livro:	32		
Período Selecionado:	01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023		

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	UP BRASIL ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA
NIRE	35215527436
CNPJ	02.959.392/0001-46
Número de Ordem	32
Natureza do Livro	DIARIO GERAL
Município	SAO PAULO
Data do arquivamento dos atos constitutivos	02/07/2007
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	02/07/2007
Data de encerramento do exercício social	31/12/2023
Quantidade total de linhas do arquivo digital	7411033

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	UP BRASIL ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA
Natureza do Livro	DIARIO GERAL
Número de ordem	32
Quantidade total de linhas do arquivo digital	7411033
Data de inicio	01/01/2023
Data de término	31/12/2023

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 13.8A.C5.ED.60.05.C5.F6.48.16.A1.C8.5E.25.4D.4C.CC.42.5C.0D-5, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.2.1 do Visualizador

Página 1 de 1



BALANÇO PATRIMONIAL



Entidade: UP BRASIL ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA
 Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023 CNPJ: 02.959.392/0001-46
 Número de Ordem do Livro: 32
 Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R\$ 363.478.323,04	R\$ 363.815.236,44
ATIVO CIRCULANTE		R\$ 297.577.595,39	R\$ 310.142.238,04
Caixa e equivalentes de caixa		R\$ 36.609.140,72	R\$ 67.225.356,46
Ativos financeiros		R\$ 13.204.653,39	R\$ 14.641.882,15
Contas a receber de clientes		R\$ 161.779.065,69	R\$ 105.188.772,82
Fundos de investimentos em direitos creditórios		R\$ 66.570.788,66	R\$ 102.574.272,30
Impostos e contribuições a recuperar		R\$ 4.780.873,50	R\$ 1.535.308,16
Valores a receber de partes relacionadas		R\$ 0,00	R\$ 0,00
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido		R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outros créditos		R\$ 14.633.073,43	R\$ 18.976.646,15
ATIVO NÃO CIRCULANTE		R\$ 65.900.727,65	R\$ 53.672.998,40
Imposto de renda e contribuição social diferidos		R\$ 44.972.547,11	R\$ 42.268.796,77
Garantia financeira para contingências		R\$ 523.514,00	R\$ 523.514,00
Investimentos		R\$ 0,00	R\$ 0,00
Valores a receber de partes relacionadas		R\$ 0,00	R\$ 0,00
Imobilizado		R\$ 11.649.308,60	R\$ 3.174.790,73
Outros créditos		R\$ 259.488,71	R\$ 0,00
Intangível		R\$ 8.495.869,23	R\$ 7.705.896,90
PASSIVO		R\$ 363.478.323,04	R\$ 363.815.236,44
PASSIVO CIRCULANTE		R\$ 251.360.294,56	R\$ 259.848.249,10
Fornecedores conveniados		R\$ 136.969.594,75	R\$ 146.884.731,86
Créditos não consumidos pelos usuários		R\$ 63.814.495,89	R\$ 70.958.932,87
Salários, provisões e encargos sociais		R\$ 6.802.943,90	R\$ 6.492.363,15
Impostos e contribuições a recolher		R\$ 1.049.164,35	R\$ 1.431.291,34
Valores a pagar a partes relacionadas		R\$ 933.826,09	R\$ 1.154.327,12
Empréstimos e financiamentos		R\$ 608.117,27	R\$ (0,00)
Garantia de investimentos		R\$ 11.853.175,94	R\$ 13.122.914,69
Outros débitos e valores		R\$ 29.328.976,37	R\$ 19.803.688,07
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		R\$ 50.848.513,24	R\$ 37.431.306,36
Empréstimos e financiamentos		R\$ 10.000.000,00	R\$ 0,00
Provisões para contingências		R\$ 28.904.129,03	R\$ 34.075.013,35
Valores a pagar a partes relacionadas		R\$ 11.944.384,21	R\$ 3.356.293,01
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		R\$ 61.269.515,24	R\$ 66.535.680,98
Capital social		R\$ 154.945.921,00	R\$ 154.945.921,00
(-) Prejuízos acumulados		R\$ (136.560.945,76)	R\$ (131.294.780,02)
Reserva de capital		R\$ 42.884.540,00	R\$ 42.884.540,00

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 13.8A.C5.ED.60.05.C5.F6.48.16.A1.C8.5E.25.4D.4C.CC.42.5C.0D-5, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.2.1 do Visualizador

Página 1 de 1



v4.0 - Dautin Blockchain certifica em 22/07/2025 13:20:44 que o documento de hash (SHA-256)
 156e9452c750e5e7c70a4e197228af2fc0d627835749c19fbf96c6c906f1b0e0 foi validado em 22/07/2025 13:13:06 através da transação blockchain
 0x35df8734bf609ad36da14465b0a722125de0ff23c779c396f2915b6e1c235356 e pode ser verificado em <https://www.dautin.com/FileCheck> (NID: 279318)



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO



Entidade:	UP BRASIL ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA		
Período da Escrituração:	01/01/2023 a 31/12/2023	CNPJ:	02.959.392/0001-46
Número de Ordem do Livro:	32		
Período Selecionado:	01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023		

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
Receita Líquida		R\$ 77.903.683,80	R\$ 82.849.415,39
(-) Custo dos serviços prestados		R\$ (36.095.125,90)	R\$ (35.724.704,71)
Lucro bruto		R\$ 41.808.557,90	R\$ 47.124.710,68
(-) Despesas com pessoal		R\$ (43.834.138,14)	R\$ (45.449.035,91)
Provisão para perdas		R\$ (1.875.566,75)	R\$ 33.821.081,21
(-) Despesas gerais e administrativas		R\$ (25.820.901,00)	R\$ (64.911.002,01)
(-) Amortização e depreciação		R\$ (14.338.352,79)	R\$ (6.299.549,93)
(-) Outras receitas (despesas)		R\$ (53.057.432,97)	R\$ (12.727.371,72)
(-) Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		R\$ (97.117.833,75)	R\$ (48.441.167,68)
Resultado financeiro		R\$ 49.878.995,02	R\$ 56.411.083,76
(-) Resultado de equivalência patrimonial		R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
Resultado antes dos impostos		R\$ (47.238.838,73)	R\$ 7.969.916,08
(-) Imposto de renda e contribuição social - diferido		R\$ (4.314.078,58)	R\$ (2.703.750,34)
Prejuízo do Exercício		R\$ (51.552.917,31)	R\$ 5.266.165,74

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 13.8A.C5.ED.60.05.C5.F6.48.16.A1.C8.5E.25.4D.4C.CC.42.5C.0D-5, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.2.1 do Visualizador

Página 1 de 1





DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO



Entidade: UP BRASIL ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA
Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023
Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023
CNPJ: 02.959.392/0001-46
Número de Ordem do Livro: 32

Histórico	Código de Aglutinação das Contas de Patrimônio Líquido			Total (R\$)
	Capital Social (R\$)	Reservas de Capital (R\$)	Prejuízos acumulados (R\$)	
Saldo Inicial em 01.01.2023	154.945.921,00	42.884.540,00	(-)136.560.945,76	61.269.515,24
Prejuízo do exercício			5.266.165,74	5.266.165,74
Saldo Final em 31.12.2023	154.945.921,00	42.884.540,00	(-)131.294.780,02	66.535.680,98
Notas				

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 13.8A.C5.ED.60.05.F6.48.16.A1.C8.5E.25.4D.4C.CC.42.5C.0D-5, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.2.1 do Visualizador

Página 1 de 1



UP Brasil Administração e Serviços Ltda.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	67.224	36.609	93.132	43.250
Ativos financeiros	5	14.642	13.203	15.637	14.082
Contas a receber de clientes	6	105.189	161.779	181.064	220.940
Valores a receber de partes relacionadas	21	-	-	-	-
Fundos de investimentos em direitos creditórios	7	102.574	66.571	-	-
Impostos e contribuições a recuperar	8	1.535	4.781	1.535	4.781
Outros créditos	9	18.977	14.893	18.977	14.893
Total do ativo circulante		310.141	297.836	310.345	297.946
Ativo não circulante					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	42.269	44.973	42.269	44.973
Garantia financeira com contingências	17	524	524	524	524
Imobilizado	11	3.175	11.649	3.175	11.649
Intangível	12	7.706	8.496	7.706	8.496
Total do ativo não circulante		53.674	65.642	53.674	65.642
Total do ativo		363.815	363.478	364.019	363.588
Passivos					
Passivo circulante					
Fornecedores conveniados	13	146.885	136.970	146.885	136.970
Créditos não consumidos pelos usuários	14	70.959	63.814	70.959	63.814
Salários, provisões e encargos sociais	16	6.492	6.803	6.492	6.803
Impostos e contribuições a recolher	18	1.430	1.049	1.430	1.049
Empréstimos e financiamentos	15	-	608	-	608
Valores a pagar a partes relacionadas	21	240	934	240	934
Garantia de investimentos	20	13.123	11.853	13.123	11.853
Outros débitos e valores	19	19.804	29.329	20.008	29.439
Total do passivo circulante		258.933	251.360	259.137	251.470
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	15	-	10.000	-	10.000
Valores a pagar a partes relacionadas	21	4.271	11.944	4.271	11.944
Provisões para contingências	17	34.075	28.904	34.075	28.904
Total do passivo não circulante		38.346	50.848	38.346	50.848
Total do passivo e patrimônio líquido		363.815	363.478	364.019	363.588
Patrimônio líquido					
Capital social	22	154.946	154.946	154.946	154.946
Reserva especial ágio na incorporação	10	42.885	42.885	42.885	42.885
Prejuízos acumulados		(131.295)	(136.561)	(131.295)	(136.561)
Total do patrimônio líquido		66.536	61.270	66.536	61.270
Total do passivo e patrimônio líquido		363.815	363.478	364.019	363.588





UP Brasil Administração e Serviços Ltda.

Demonstração dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2023	2022	2023	2022
Receita bruta de serviços		110.786	120.734	147.767	149.531
Descontos incondicionais concedidos		(17.341)	(32.524)	(17.341)	(32.524)
Impostos sobre receita		(10.596)	(10.306)	(10.596)	(10.306)
Receita líquida	23	82.849	77.904	119.830	106.701
Custo dos serviços prestados	24	(35.725)	(36.095)	(35.725)	(36.095)
Lucro bruto		47.124	41.809	84.105	70.606
Despesas com pessoal	25	(45.449)	(43.834)	(45.449)	(43.834)
Provisão para perdas	26	33.821	(1.876)	32.656	719
Despesas com vendas		(44.605)	(6.523)	(44.605)	(6.523)
Despesas operacionais		(13.779)	(13.027)	(13.779)	(13.027)
Despesas administrativas		(5.661)	(5.672)	(6.825)	(6.552)
Despesas tributárias		(867)	(598)	(867)	(598)
Despesas gerais e administrativas	26	(64.912)	(25.822)	(66.076)	(26.700)
Amortização e depreciação	11/12	(6.300)	(14.338)	(6.300)	(14.338)
Outras receitas		2.470	6.875	2.481	6.884
Outras Despesas		(15.195)	(59.932)	(15.197)	(59.934)
Outras receitas (Despesas)	27	(12.725)	(53.057)	(12.716)	(53.050)
Resultado antes das receitas (Despesas) financeiras líquidas e impostos		(48.441)	(97.118)	(13.780)	(66.597)
Receitas financeiras		59.053	56.140	24.392	25.624
Despesas financeiras		(2.642)	(6.261)	(2.642)	(6.266)
Resultado financeiro	28	56.411	49.879	21.750	19.358
Resultado de equivalência patrimonial		-	-	-	-





DocuSign Envelope ID: 52C6509A-688D-4781-AF5B-E570C1BF232F

UP Brasil Administração e Serviços Ltda.

Demonstração dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de Reais)

(continuação)

	Controladora		Consolidado	
Nota	2023	2022	2023	2022
Resultado antes dos impostos	7.970	(47.239)	7.970	(47.239)
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	(2.704)	(4.314)	(2.704)	(4.314)
Lucro/ (Prejuízo) do exercício	5.266	(51.553)	5.266	(51.553)
Lucro/ (Prejuízo) por quota - (154.945.921 quotas, em R\$)	(0,0000340)	0,0003501	(0,0000340)	0,0003501



UP Brasil Administração e Serviços Ltda.

Demonstração dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro/ (Prejuízo) do exercício	5.266	(51.553)	5.266	(51.553)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	<u>5.266</u>	<u>(51.553)</u>	<u>5.266</u>	<u>(51.553)</u>





UP Brasil Administração e Serviços Ltda.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>Capital social</u>	<u>Reservas de capital</u>	<u>Lucros (Prejuízos) acumulados</u>	<u>Patrimônio líquido atribuído aos controladores</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021						
Aumento de capital		147.246	42.885	(85.008)	105.123	105.123
Prejuízo do exercício		7.700	-	-	7.700	7.700
				(51.553)	(51.553)	(51.553)
Total de contribuições, distribuições e constituição de reservas		7.700	-	(51.553)	(43.853)	(43.853)
Saldo em 31 de dezembro de 2022						
Aumento de capital		154.946	42.885	(136.561)	61.270	61.270
Lucro do exercício		-	-	-	-	-
				5.266	5.266	5.266
Total de contribuições, distribuições e constituição de reservas		-	-	5.266	5.266	5.266
Saldo em 31 de dezembro de 2023		154.946	42.885	(131.295)	66.536	66.536



UP Brasil Administração e Serviços Ltda.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro/ (Prejuízo) do exercício	5.266	(51.553)	5.266	(51.553)
Ajustes para:				
Depreciação e amortização	6.300	14.338	6.300	14.338
Provisão para contingências	12.764	12.729	12.764	12.729
Equivalência patrimonial	-	-	-	-
Provisão para perdas esperadas	(33.821)	1.876	(32.656)	(719)
Provisões para contas a pagar	6.261	6.476	6.261	6.476
Resultado de variação cambial	(36)	(554)	(36)	(554)
Provisão para pagamento de PLR	1.272	1.010	1.272	1.010
Provisão de juros com partes relacionadas	678	1.089	678	1.089
Ganho ou perda na baixa de imobilizado	(2.205)	-	(2.205)	-
Perda na baixa de outros ativos	(38.022)	(102)	(38.022)	(102)
Crédito tributário	2.704	4.314	2.704	4.314
Ajustes sobre o prejuízo	-44.104	41.176	-42.939	38.581
Variações em:				
Ativos financeiros	(1.439)	116	(1.555)	14
Contas a receber de clientes	128.433	(36.683)	110.554	(47.390)
Fundos de investimentos em direitos creditórios	(36.003)	(16.161)	-	-
Outros créditos	(4.083)	4.516	(4.083)	4.516
Impostos a recuperar	3.246	4.279	3.246	4.279
Garantia financeira com contingências	-	-	-	-
Partes relacionadas	(9.009)	(8.177)	(9.009)	(8.177)
Fornecedores conveniados	9.915	8.442	9.915	8.442
Créditos não consumidos pelos usuários	7.145	6.245	7.145	6.245
Salários, provisões e encargos sociais	(1.583)	(438)	(1.583)	(438)
Impostos e contribuições a recolher	381	33	381	33
Pagamento de contingências	(7.593)	(8.036)	(7.593)	(8.036)
Outros débitos e valores	(15.786)	11.841	(15.692)	11.799
Garantia de Investimentos	1.270	817	1.270	817
Fluxo de caixa proveniente das (Utilizado nas) atividades operacionais	74.894	(33.206)	92.996	(27.896)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	(2.058)	(6.348)	(2.058)	(6.348)
Aquisição de intangível	(2.080)	(2.338)	(2.080)	(2.338)
Baixa / Alienação de imobilizado	9.423	877	9.423	877
Baixa / Alienação de intangível	(117)	46.179	(117)	46.179
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	5.168	38.370	5.168	38.370
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Empréstimos e financiamentos	(10.608)	(3.050)	(10.608)	(3.050)
Recursos provenientes de aporte de capital de acionistas	-	7.700	-	7.700
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	(10.608)	4.650	(10.608)	4.650
Aumento (Redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	30.615	(563)	49.882	2.152
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	36.609	37.172	43.250	41.098
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	67.224	36.609	93.132	43.250
Variação no caixa e equivalentes de caixa	30.615	(563)	49.882	2.152



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

1 Contexto operacional

A UP Brasil Administração e Serviços Ltda. (“Companhia”), situada no endereço Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.306, conjunto 51, sala 01, Jardim Paulistano, São Paulo, tem como principal objeto social a prestação de serviços na implantação, intermediação, administração e fiscalização de sistemas e/ou contratos de convênio de qualquer natureza, por meio de intermediação e fornecimento, às empresas clientes de cheques, cartões, vales e cupons, impressos em papel ou plástico, oriundos de tecnologia adequada, destinados à aquisição de refeições prontas ou gêneros alimentícios “in natura”, e combustível em estabelecimentos fornecedores de bens e serviços, como restaurantes, bares, hotéis, supermercados, livrarias, postos de gasolina entre outros, por seus funcionários.

A Companhia foi adquirida em 31 de maio de 2015 por meio da holding nacional CDHI Brasil Participações Ltda. (“CDHI”) da Up Groupe Internationale (antes Le Chèque Déjeuner) Companhia francesa, a qual é uma das três maiores empresas do mundo no setor de benefícios.

Em 17 de janeiro de 2016 a Up Groupe Internationale criou a Up Groupe Invest Participações Ltda (holding) através da cessão integral de suas cotas da CDHI Brasil Participações Ltda. Em 18 de março de 2016, a Up Groupe Invest Participações Ltda. tornou-se acionista da FBR Soluções e Participações S.A. (“FBR”) ao ceder a integralidade de suas cotas da CDHI Brasil Participações Ltda. Dessa forma, a CDHI passou a ser controlada direta da FBR. Em setembro de 2018, a FBR aumentou o capital de sua controlada Up Brasil - Policard Systems e Serviços S.A (“Up Policard”) através da cessão integral da sua participação na CDHI. Com isso, a CDHI passar a ser controlada direta da Up Policard.

Em 2019 iniciou-se um processo de Reorganização Societária envolvendo as empresas que integravam o Grupo UP Brasil, visando maior sinergia operacional. Dentro deste contexto, ocorreram os seguintes eventos societários:

- Em 01 de maio de 2019 a Companhia incorporou sua coligada UP Brasil - Empório Card Ltda;
- Em 01 de dezembro de 2019, a Companhia incorporou sua controladora direta CDHI (incorporação reversa), passando assim a ser controlada direta da UP Brasil - Policard Systems e Serviços S.A. (“Up Policard”), até então controlada direta da Up Policard;
- Em 01 de janeiro de 2020, a Companhia incorporou sua controladora direta Up Policard (incorporação reversa). Com essa incorporação, a Companhia passou a ser controlada direta da FBR Soluções Participações S.A., até então controladora direta da UP Policard, e passou também a controlar a empresa Soft Pro Tecnologia Ltda, até então controlada direta da UP Policard;



- Em 01 de fevereiro de 2020 a Companhia cedeu e transferiu, a título de compra e venda, suas quotas totalmente integralizadas da empresa Soft Pro Tecnologia Ltda para os demais sócios pessoas físicas conforme detalhado na 13ª Alteração Societária.

Relação de entidades controladas e consolidadas

Com a incorporação da Up Policard, as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem:

- FIDC Policard II do qual a Companhia é detentora de 100% das cotas em 2023 (100% em 2022).

Para mais informações sobre o referido Fundo em Direitos Creditórios, vide Nota Explicativa nº 7.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade - Em relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 12 de abril de 2024.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentados na Nota Explicativa nº 3.

Em 2023 não foram identificadas alterações relevantes nos pronunciamentos contábeis que impactassem diretamente as demonstrações financeiras da Companhia. Durante o exercício presente, não houve alterações significativas no CPC que exigissem ajustes ou divulgações adicionais nas demonstrações financeiras. A Companhia continuou a cumprir integralmente todas as obrigações legais e regulatórias aplicáveis, mantendo-se em conformidade com as normas contábeis e fiscais em vigor.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas está de acordo com os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), os quais exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.



As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 6 - Contas a receber de clientes: mensuração da provisão para perdas esperadas dos recebíveis
- Nota Explicativa nº 10 - Imposto de renda e contribuição social diferidos: reconhecimento do ativo fiscal diferido
- Nota Explicativa nº 11 - Imobilizado: utilização de taxas de depreciação diferenciadas da taxa fiscal
- Nota Explicativa nº 12 - Intangível: utilização de taxas de amortização diferenciadas da taxa fiscal
- Nota Explicativa nº 17 - Contingências: mensuração do valor de provisão de contingências
- Nota Explicativa nº 29 - Gerenciamento de riscos: premissas da estimativa de valor justo dos instrumentos financeiros

d. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado e os empréstimos e recebíveis, reconhecidos nos balanços patrimoniais.

3 Sumário das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Base de consolidação

(i) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta aos — ou tem direito sobre os — retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. As políticas contábeis das controladas foram ajustadas para assegurar consistência às políticas contábeis adotadas pela Companhia.



Em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia consolida as demonstrações financeiras do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Policard II (“FIDC Policard II”), uma vez que este representa entidade de propósito específico, em que as atividades são conduzidas substancialmente em função das necessidades operacionais da Companhia.

No processo de consolidação do FIDC Policard II, foram realizadas, quando aplicável, eliminações de ativos e passivos, ganhos e perdas das operações entre a Companhia e os fundos.

(ii) Perda de controle

Quando da perda de controle, A Companhia desreconhece os ativos e os passivos da controlada, qualquer participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se A Companhia retém qualquer participação na antiga subsidiária, então essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iii) Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas.

As coligadas são aquelas entidades nas quais A Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação da Companhia no lucro ou no prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora os investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

(iv) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Instrumentos financeiros

Conforme o CPC 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro deve ser reconhecido de acordo com a estratégia de negócio, podendo ser: a custo amortizado; valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”); ou valor justo por meio de resultado (“VJR”). Não houve impactos relevantes notados para a classificação de Instrumentos Financeiros próprios em função da adoção do CPC 48.



Segundo o CPC 48, um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

Seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e mensurados pelo custo amortizado. A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos na categoria “Outros passivos financeiros”.

(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e os instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou os passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, A Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - Mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso não atenda aos critérios de classificação de mensuração pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.



Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

O contas a receber é avaliado pelo valor da prestação do serviço e inclui, também, créditos por serviços prestados e não faturados até a data do balanço.

A provisão para perdas estimadas é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

O cálculo do ajuste a valor presente não apresentou valores relevantes a serem contabilizados.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados nas obrigações de curto prazo.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - Mensuração

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

c. Provisão para perdas esperadas

A Companhia faz a análise de seus clientes e suas devidas movimentações e pagamentos, e registra provisão baseada em estimativas ponderadas pela probabilidade de não pagamento por faixa de vencimento, consoante ao CPC 48, exceto nos casos em que exista acordo com os clientes.

Conforme facultado pelo CPC 48, a Companhia utiliza o expediente prático no cálculo da provisão para perdas esperadas, que é efetuado com base em estimativas ponderadas pela probabilidade de não pagamento por faixa de vencimento (*aging list*), segmentado pelas linhas de serviço da Companhia. Os valores de provisão registrados são a diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa esperados pela Companhia.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico deduzido de depreciação acumulada e de quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- Os custos de materiais e de mão de obra direta;



- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessária para que esse seja capaz de operar da forma pretendida pela Administração; e
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, estas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Em 2023, em virtude da descontinuidade do produto “correspondente bancário”, a Companhia baixou o imobilizado registrado nas rubricas de “máquinas e equipamentos” e “terminais de pagamento - POS”, cujos bens estavam ligados diretamente a essa atividade. Os movimentos de baixa do imobilizado e suas respectivas depreciações estão evidenciados na nota explicativa nº 11.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente.

Os itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data de aquisição em que são instalados e estejam disponíveis para uso.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Bens	Vida útil (anos)
Edificações e Benfeitorias	De acordo com o contrato de locação.
Instalações	10
Equipamentos de informática e telefonia	03 - 10
Máquinas e Equipamentos	04 - 10
Móveis e utensílios	10
Veículos	05

Quando existentes, ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento.

e. Arrendamento mercantil

Quando existentes, os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo de empréstimos e financiamentos, pelo menor entre: valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato e o valor justo do ativo, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. Os montantes registrados no ativo imobilizado



são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil-econômica estimada dos bens e a duração prevista do contrato de arrendamento. Os juros implícitos no passivo, reconhecidos de empréstimos e financiamentos, são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa efetiva de juros.

Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa numa base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que tais pagamentos não sejam feitos nessa base.

A Companhia adotou o CPC 06 (R2) - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2020. O pronunciamento apresenta um único modelo de arrendamento que consiste em reconhecer os arrendamentos com ativos identificados, com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais, inicialmente no ativo e passivo a valor presente e reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Os possíveis impactos decorrentes da adoção desta norma foram avaliados e devidamente implementados em conformidade com os itens 3 e 4, apêndice “C”, desse pronunciamento e conforme a definição do expediente prático. O resultado da aplicação da norma está apresentado nas notas explicativas 11, 19 e 28.

f. Intangível

O intangível corresponde a ativos identificáveis sem substância física, os quais estão em poder da Companhia, possuem benefícios econômicos futuros previstos e retornos para serem usados em período superior a um ano. O reconhecimento inicial acontece quando há benefícios econômicos futuros prováveis e quando o custo pode ser mensurado de forma confiável.

Os ativos imobilizados e intangíveis devem ter o seu valor recuperável avaliado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Em 2023 não ocorreram eventos que indicassem perdas.

Em 2022, após avaliação minuciosa dos intangíveis “Relacionamento com clientes” e “Marcas e Patentes” registrados em função da aquisição das empresas Planinvesti Adm e Serviços Ltda (Plan Vale) e Empório Card Ltda. (Vale Mais), foi possível identificar que estas não geram benefício econômico futuro. As análises da Administração, detalhadas em memorando interno, ratificam a consolidação da marca Up Brasil e uma carteira de clientes não mais vinculada às marcas das empresas adquiridas. Sendo assim, e em cumprimento com o CPC 01(R1), a Companhia realizou as baixas destes intangíveis, conforme descrito na nota explicativa 12.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados com base na sua utilização efetiva ou em método que reflita o benefício econômico do ativo correspondente. A amortização é calculada sobre o valor de custo deste ativo intangível, ou sobre outro valor que substitua o valor de custo, menos o valor residual deste ativo intangível. A Companhia revisa anualmente as principais premissas, e alterações de vida útil e valor residual são tratados como mudanças de estimativa contábil.

Intangível

Sistemas e aplicativos
Carteira de clientes
Acordo de não competição

Vida Útil

5 a 7 anos
1 a 1,5 ano
7,5 a 9 anos



g. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de *impairment*.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou o atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que A Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou o emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, A Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida através do resultado.

Investidas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida reconhecida pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.



O valor recuperável de um ativo ou a UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos os custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

(iii) Ativos imobilizados e intangíveis

Os ativos imobilizados e intangíveis devem ter o seu valor recuperável avaliado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Como mencionado no item f. desta nota, em 2023 a Companhia realizou as baixas dos intangíveis “Marcas e Patentes” e “Relacionamento com Clientes” uma vez que não se identificam benefícios econômicos futuros nestes ativos.

h. Estoque

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis

i. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Quando a Companhia espera que parte ou toda provisão possa ser reembolsada, por exemplo, no âmbito de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando a expectativa de reembolso é praticamente certa.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 6:** Provisão para perdas esperadas
- **Nota 17:** Provisão para contingências

j. Provisões para contingências

As provisões para contingências, de quaisquer naturezas, são reavaliadas periodicamente pela Administração. As contingências de natureza judicial são avaliadas pelas possibilidades de êxito da ação e a opinião de seus consultores jurídicos. Já as contingências para contrato oneroso são avaliadas pelo benefício econômico gerado em se cumprir determinado contrato. As



contingências são registradas de acordo com o estabelecido no CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

As provisões para contingências em processos judiciais são constituídas sempre que a perda é avaliada como provável, o que ocasionaria a provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos são mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras e os classificados como de perda remota não são provisionados, nem divulgados.

k. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados, inclusive plano de participação nos resultados

A Companhia possui planos de benefícios a empregados incluindo assistência médica e assistência odontológica além de plano de participação nos resultados. São concedidos basicamente em bases mensais sendo reconhecidos contabilmente desta forma. Não existem benefícios pós-emprego, fundo de pensão ou outros benefícios que requeiram tratamento contábil específico.

l. Imposto de renda e contribuição social

(i) *Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente*

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

A Companhia avaliou as alterações introduzidas pelo ICPC 22 que trata da incerteza sobre tratamento de tributos sobre o Lucro e concluiu que sua adoção não trará impactos significativos em relação à questionamentos por parte das autoridades fiscais e tributárias, visto que todas as adições e exclusões estão seguindo criteriosamente a legislação tributária que as rege. Sendo assim, considerou que é altamente provável que todas sejam aceitas.

(ii) *Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido*

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:



- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e em empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível;
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual A Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

m. Reconhecimento de receitas

A partir de janeiro de 2018 passou a vigorar nova norma do comitê de pronunciamento contábil, o CPC 47. Esta norma introduz uma estrutura extensiva para determinar quando e se uma receita será reconhecida, além de sua mensuração. O princípio fundamental do CPC 47 é o reconhecimento da receita quando as mercadorias ou serviços são transmitidos para o cliente, ao preço da transação. O momento de reconhecimento da receita de contratos com clientes, é quando um cliente obtém o controle dos bens ou serviços adquiridos.

A Companhia avaliou as alterações introduzidas pela nova norma e concluiu que sua adoção não trará impactos significativos em relação ao momento para o reconhecimento da receita de contratos com clientes, visto que já são registradas no momento em que o controle, os benefícios e direitos decorrentes da prestação do serviço fluem para os clientes, ou seja, na realização da transação.

Em nenhum dos contratos foi identificado componente significativo de financiamento.

Serviços prestados

As receitas relativas aos serviços são contabilizadas pelos valores definidos em contrato na data da prestação do serviço e se compõem de receita de manutenção, taxa de administração de convênio com estabelecimentos credenciados, aluguel, receita de captura de transação eletrônica, entre outras. Todos os serviços são faturados mensalmente. Os serviços prestados entre a data de



faturamento e o final de cada mês são calculados e contabilizados como receita no mês da prestação do serviço.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização ou na mensuração de seu valor.

n. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem juros sobre receitas em investimentos realizados pela Companhia (incluindo aplicações financeiras em fundo de investimentos em direitos creditórios), ajustes ao valor presente de ativos financeiros e alterações no valor justo de ativos financeiros avaliados a valor justo através do resultado.

Despesas financeiras compreendem despesas com juros de empréstimos e financiamentos, atualizações monetárias de tributos parcelados e provisões para contingências e alterações no valor justo de ativos financeiros ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado do exercício, de acordo com o regime de competência.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2023	2022	2023	2022
Caixa em espécie	-	12	-	12
Caixa e bancos	16.770	7.858	16.776	7.880
Aplicações financeiras	<u>50.454</u>	<u>28.739</u>	<u>76.356</u>	<u>35.356</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>67.224</u>	<u>36.609</u>	<u>93.132</u>	<u>43.258</u>

As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor se resgatadas antes do vencimento. As aplicações financeiras referem-se à aplicação automática, operações compromissadas de debêntures e CDBs indexadas na faixa de 89% a 101% em 2023 (89% em 2022) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações são realizadas com instituições de primeira linha para minimizar o risco de crédito, política essa adotada pela Companhia no gerenciamento desses ativos financeiros. A exposição a riscos em ativos financeiros está divulgada na Nota Explicativa nº 29.

5 Ativos financeiros

Apresentamos, abaixo, a composição das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022:



UP Brasil Administração e Serviços Ltda.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2023

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Aplicação em títulos privados (i)	1.536	1.371	1.536	1.371
Aplicação em títulos públicos (ii)	-	-	995	879
Aplicações em fundos de investimento restrito (iii)	<u>13.106</u>	<u>11.832</u>	<u>13.106</u>	<u>11.832</u>
	<u>14.642</u>	<u>13.203</u>	<u>15.637</u>	<u>14.082</u>

- (i) Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são representados por CDBs que remuneravam entre 90 % e 101 % do DI.
- (ii) Em 31 de dezembro de 2023 é representado por títulos do Tesouro Nacional.
- (iii) Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 refere-se a cotas de fundo de investimentos que tem por objetivo acompanhar a variação da Selic investindo no mínimo 95% de sua carteira em cotas do BNP Paribas Master Cash DI FI Referenciado, que investe, exclusivamente, em títulos públicos federais de emissão do Tesouro Nacional ou do Banco Central do Brasil, pré-fixados ou indexados à variação do DI ou ainda por operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais. Aplicação realizada para cumprir exigências da garantia financeira descrita na nota explicativa 20.

6 Contas a receber de clientes

O contas a receber de clientes refere-se a recebíveis dos produtos da Companhia, sendo benefícios como: alimentação, refeição, combustível, vale transporte, convênio entre outros.

A composição por idade dos valores a receber está apresentada a seguir:

	Controladora					
	Carteira	2023		2022		
		Provisão	Saldo Líquido	Carteira	Provisão	Saldo Líquido
Vendas a faturar (i)	13.353	-	13.353	26.623	-	26.623
A vencer	78.653	(932)	77.721	120.087	(856)	119.231
Vencidos						
Até 30 dias	6.779	(435)	6.344	5.515	(183)	5.332
De 31 a 60 dias	1.581	(596)	985	791	(163)	628
De 61 a 90 dias	627	(330)	297	384	(245)	139
De 91 a 120 dias	753	(577)	176	363	(112)	251
De 121 a 150 dias	690	(581)	109	377	(337)	40
De 151 a 180 dias	493	(432)	61	267	(234)	33
Acima de 180 dias	<u>55.230</u>	<u>(49.087)</u>	<u>6.143</u>	<u>94.162</u>	<u>(84.660)</u>	<u>9.502</u>
	158.159	(52.970)	105.189	248.569	(86.790)	161.779

- (i) Refere-se aos créditos liberados nos cartões dos usuários no último dia do ano e cujo faturamento ocorre após a devida confirmação do pagamento em conta bancária UP. As receitas advindas desses pedidos foram devidamente registradas em cada exercício correspondente conforme mencionado na nota 3(m).



UP Brasil Administração e Serviços Ltda.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2023

Consolidado

	2023			2022		
	Carteira	Provisão	Saldo Líquido	Carteira	Provisão	Saldo Líquido
Vendas a faturar	13.353	-	13.353	26.623	-	26.623
A vencer	149.208	(932)	148.276	176.411	(856)	175.555
Vencidos			-		-	-
Até 30 dias	10.893	(479)	10.414	8.562	(183)	8.379
De 31 a 60 dias	3.265	(1.560)	1.705	2.634	(453)	2.181
De 61 a 90 dias	918	(383)	535	842	(309)	533
De 91 a 120 dias	1.054	(647)	407	802	(209)	593
De 121 a 150 dias	985	(658)	327	799	(436)	363
De 151 a 180 dias	759	(459)	300	724	(676)	48
Acima de 180 dias	<u>82.778</u>	<u>(77.031)</u>	<u>5.747</u>	<u>118.348</u>	<u>(111.683)</u>	<u>6.665</u>
	263.213	(82.149)	181.064	335.745	(114.805)	220.940

A movimentação da provisão para perdas esperadas está apresentada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(84.914)	(115.525)
(+) Adições	(9.745)	(10.465)
(-) Reversões	6.888	10.204
(-) Baixas para prejuízo (perdas)	981	981
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(86.790)	(114.805)
(+) Adições	(7.168)	(7.168)
(-) Reversões	2.960	1.796
(-) Baixas para prejuízo (perdas) (i)	38.028	38.028
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(52.970)	(82.149)

- (i) A Companhia realizou estudo minucioso sobre o contas a receber junto a empresa terceira de cobrança e identificou títulos incobráveis. Esses títulos foram baixados pela Companhia para perdas, visto a probabilidade remota de recebimento. O impacto no resultado foi nulo visto que os títulos já se encontravam na PDD, e foram revertidos e contabilizados na rubrica de perdas. Além do estudo, a Companhia adotou a premissa de idade dos títulos para a baixa, visto que eram títulos vencidos de longa data e oriundos das aquisições da reorganização societária.

A exposição da Companhia a riscos de crédito moeda e perdas esperadas, relacionados ao contas a receber de clientes e a outras contas, está divulgada na Nota Explicativa nº 29.



7 Cotas em fundos de investimentos em direitos creditórios

	Controladora	
	2023	2022
FIDC Policard II	<u>102.574</u>	<u>66.571</u>
	<u>102.574</u>	<u>66.571</u>

FIDC Policard II (“FIDC II”)

O FIDC Policard II foi constituído em 23 de dezembro de 2011 e iniciou suas atividades em 29 de dezembro de 2011, sob a forma de condomínio fechado, com prazo indeterminado de duração. Da mesma forma que o FIDC I, o objetivo do FIDC II é a aplicação em fundos de direitos creditórios provenientes da carteira de titularidade da Companhia contra os devedores pelo uso de cartões para saque e aquisição de produtos e serviços, cujo pagamento é realizado por meio de desconto em benefícios ou em folha de pagamento, por entidades da Federação, tais como União, Distrito Federal, Estados e Municípios, incluindo membros das administrações pública direta ou indireta.

O FIDC II destina-se, especificamente, a receber aplicações de investidores qualificados, nos termos da Instrução CVM nº 356/2001. A Administração e custódia da carteira do FIDC II foi transferida em 03/2016 para Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sendo gerido pela ASK Gestora de Recursos S.A., e a cobrança realizada pela própria Policard. Os investimentos no FIDC II não são garantidos pela Administradora, pelo cedente nem por mecanismo de seguro, tampouco pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC). Os cotistas do FIDC II estão expostos à possibilidade de serem chamados a aportar recursos nas situações em que o patrimônio líquido do fundo se torne negativo.

A estrutura de patrimônio do FIDC II, em 31 de dezembro de 2023, é composta de 6.626 mil quotas subordinadas juniores de titularidade da Companhia, no montante de R\$ 102.574 (R\$ 66.571 em 2022), representativas de 100% (100% em 2022) do patrimônio do FIDC II. Em 2020 houve a completa amortização das cotas de mezanino e seniores.

A Companhia atua indiretamente como agente de recebimento dos títulos, mantendo o gerenciamento contínuo da carteira após sua transferência para o FIDC II. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as contas patrimoniais do fundo eram assim compostas:

	2023	2022
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa (i)	26.903	7.520
Contas a receber	75.876	59.161
Outros créditos	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>102.779</u>	<u>66.681</u>
Passivo		
Taxas de administração e gestão a pagar	205	110
Patrimônio líquido	<u>102.574</u>	<u>66.571</u>
	<u>102.779</u>	<u>66.681</u>

(i) Aumento em cotas de fundos de investimento no FIDC II.



A controladora Up Brasil faz cessões de títulos mensais ao fundo de forma periódica, e consequentemente transfere seus direitos creditórios ao fundo. Abaixo seguem os saldos cedidos ao FIDC II em 2023 e 2022:

	<u>Controladora</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Cessões ao FIDC II	44.200	40.866

8 Impostos e contribuições a recuperar

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos de impostos a recuperar estavam compostos conforme quadro abaixo:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
IRRF a recuperar	111	37	111	37
CSLL a compensar	2	1	2	1
IRPJ a compensar	1.422	4.743	1.422	4.743
	<u>1.535</u>	<u>4.781</u>	<u>1.535</u>	<u>4.781</u>

9 Outros créditos

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Ativo Circulante				
Valores a receber de terceiros	904	820	904	820
Adiantamentos de comissões aos representantes	485	155	485	155
Depósito / Bloqueio judicial (i)	12.870	11.537	12.870	11.537
Prêmios de seguros a apropriar	1.079	663	1.079	663
Adiantamento a fornecedores (ii)	3.440	1.424	3.440	1.424
Adiantamento a funcionários	165	166	165	166
Adiantamento CCB Eletrônica	14	49	14	49
Outros	20	79	20	79
	<u>18.977</u>	<u>14.893</u>	<u>18.977</u>	<u>14.893</u>

- (i) R\$ 7.308 referem-se à valores de PIS/COFINS de receitas financeiras depositados judicialmente, cujo processo está classificado como provável perda e, portanto, contingenciado (ver nota explicativa 17). Os demais valores são depósitos trabalhistas, cíveis e bloqueios judiciais ligados a processos cujo prognóstico não exige contingenciamento ou menção.
- (ii) Em 2023 e 2022, refere-se a valores adiantados a fornecedores diversos cujo faturamento se dará posteriormente.



10 Imposto de renda e contribuição social

	2023		2022
Apuração lucro real		Apuração lucro real	
Lucro antes IR/CS	7.970	Prejuízo antes IR/CS	(47.239)
Adições - despesas indedutíveis	20.719	Adições-despesas indedutíveis	63.389
PLR	1.272	PLR	1.010
Contingências	15.650	Contingências	12.775
Perdas na baixa de intangíveis	-	Perdas na baixa de intangíveis	46.169
Demais adições	3.797	Demais adições	3.435
Exclusões - Provisões	(34.587)	Exclusões - Provisões	(63.771)
PLR	(1.010)	PLR	(1.090)
PDD	(4.428)	PDD	(4.652)
Contingências	(11.052)	Contingências	(9.730)
Amortização diferido sobre ágio	(10.511)	Amortização diferido sobre ágio	(10.511)
Amortização bens intangíveis	(5.034)	Amortização bens intangíveis	(36.652)
Demais exclusões	(2.552)	Demais exclusões	(1.147)
Prejuízo Fiscal	(5.898)	Prejuízo Fiscal	(47.621)
Imposto de renda corrente	-	Imposto de renda corrente	-
Imposto de renda diferido	(2.704)	Imposto de renda diferido	(4.314)
Total	(2.704)	Total	(4.314)

Em 31 de dezembro de 2023 o crédito tributário foi registrado para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis no valor de (R\$ 2.704) (R\$ 4.314 em 2022), sendo R\$ 870 (R\$ 740 em 2022) referente às diferenças temporárias e (R\$ 3.574) (R\$ 3.574 em 2022) referente ao aproveitamento do diferido sobre o ágio da incorporada CDHI (i).

Movimentação do crédito tributário

Saldo em 31 de dezembro de 2021	49.287
Constituição referente diferenças temporárias de 2022	(740)
Amortização Fiscal Ágio (i)	<u>(3.574)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	44.973
Ajuste referente diferenças temporárias exercícios anteriores	870
Amortização Fiscal Ágio (i)	<u>(3.574)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	42.269

- (i) Amortização fiscal do ágio reconhecido na Companhia a partir de dezembro/2019 devido a incorporação reversa da CDHI Brasil Participações Ltda. A Companhia amortizará o valor ao longo de 12 anos (R\$ 3.574 ao ano), sendo o período de 8 anos remanescentes em 31 de dezembro de 2023.



UP Brasil Administração e Serviços Ltda.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2023

A Administração apresentou Estudo técnico de realização do ativo fiscal diferido elaborado por consultores externos, que consideraram todos os aspectos relevantes do CPC 32 além de análise aprofundada do planejamento orçamentário da Companhia. A opinião do estudo ratifica a expectativa da Companhia de apresentar lucro fiscal suficiente para realização integral do crédito tributário reconhecido sendo:

Diferido sobre	Compensação em	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	Total
Ágio	8 anos	3.574	3.574	3.574	3.574	3.574	3.574	3.574	3.276	28.292
Diferenças temporárias	8 anos	2.893	1.373	1.373	1.315	1.315	832	832	832	10.766
Prejuízos fiscais	6 anos	-	276	464	573	997	902	-	-	3.211
										42.269

A Companhia, juntamente com suas controladoras, passou por um processo de reestruturação societária dentro do Grupo UP no qual algumas incorporações ocorreram até 2020. Nesse sentido, de acordo com cada etapa dessa reestruturação e da sinergia operacional já percebida com a simplificação e padronização dos processos, há expectativa de lucro fiscal que possibilitará o aproveitamento dos créditos tributários constituídos.

Nos exercícios findos em 2023 e 2022, o regime de tributação adotado pela Companhia foi o lucro real anual.

11 Imobilizado

A composição e a movimentação do ativo imobilizado estão representadas conforme a seguir:

Controladora e Consolidado	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Benefetorias em propr. Terceiros	Veículos	Terminais eletrônicos - POS	Imobilizado em andamento	Direito de uso (i)	Total
Custo									
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.709	513	928	832	432	6.075	-	1.295	12.784
Adições	2.210	47	192	-	623	2.161	-	1.115	6.348
Reclassificação	(494)	-	476	-	-	8	-	-	(10)
Baixas	(39)	(42)	(176)	-	(51)	(569)	-	-	(877)
Depreciação no exercício	(1.134)	(95)	(499)	(597)	(166)	(2.557)	-	(1.548)	(6.596)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.252	423	921	235	838	5.118	-	862	11.649
Adições	245	8	92	-	188	-	-	1.525	2.058
Reclassificação	11	-	(8)	(1)	-	-	-	-	2
Baixas (ii)	(2.528)	-	(11)	2	(109)	(4.051)	-	-	(6.697)
Depreciação no exercício	(712)	(89)	(307)	(220)	(232)	(1.067)	-	(1.210)	(3.837)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	268	342	687	16	685	-	-	1.177	3.175

- (i) Refere-se aos contratos de aluguel submetidos à aplicação da norma CPC06 (R2) a partir de 2020.
(ii) Em 2023 a Companhia realizou baixas de máquinas, equipamentos e terminais eletrônicos (POS) inerentes à atividade de “correspondente bancário do Bradesco”, produto esse que foi descontinuado nesse mesmo exercício.



Garantias

A Companhia não possui bens dados em garantia para as operações de financiamentos nas modalidades *Leasing*, *CDC* e *FINAME*.

12 Intangível

A composição e a movimentação do ativo intangível estão representadas conforme a seguir:

Controladora e consolidado	Sistemas e Aplicativos	Software em andamento (i)	Marcas e patentes (ii)	Relacionamento com cliente (ii)	Acordo de não competição (ii)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	6.570	1.431	33.198	18.002	868	60.069
Aquisição	391	1.947	-	-	-	2.338
Reclassificação	394	(394)	-	-	-	-
Baixas (iii)	-	-	(31.054)	(15.115)	-	(46.169)
Amortização	(2.241)	-	(2.144)	(2.887)	(470)	(7.742)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.114	2.984	-	-	398	8.496
Aquisição	-	2.080	-	-	-	2.080
Reclassificação	2.839	(3.099)	-	-	-	(260)
Baixas	-	(145)	-	-	-	(145)
Amortização	(2.129)	-	-	-	(336)	(2.465)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.824	1.820	-	-	62	7.706

- (i) Refere-se a projetos de melhoria do parque tecnológico da Companhia, como implementação de transação em dispositivos móveis, investimentos na consolidação sistêmica da Companhia e investimento em melhoria nos sistemas ERP e operacionais;
- (ii) Intangíveis incorporados da CDHI Brasil Participações Ltda. referentes aos ativos identificados nas aquisições das ex-controladas Planinvesti Participações Ltda e Empório Card Ltda, ambas já incorporadas pela UP Brasil Adm e Serviços Ltda em 2019, e alocados conforme estudo elaborado com base no CPC 15.
- (iii) A Companhia realizou a baixa dos ativos intangíveis relacionados às marcas Planvale e Valemais (Marcas e Patentes) e Relacionamento com cliente, ativos esses identificados nos PPAs de aquisição das ex-controladas Planinvesti Participações Ltda e Empório Card Ltda.

A Companhia efetua anualmente o teste de redução ao valor recuperável para os ativos intangíveis. Os efeitos decorrentes das perdas por Impairment em 31 de dezembro de 2023 encontram-se descritos acima. Em 2023 não ocorreram eventos que indicassem perda.



13 Fornecedores conveniados

O saldo de fornecedores conveniados refere-se ao valor devido à rede credenciada de estabelecimentos comerciais, relativo aos cartões apresentados para reembolso, cujo pagamento é realizado no prazo contratual, deduzido da receita esperada.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fornecedores conveniados	146.885	136.970	146.885	136.970
Total de fornecedores a pagar - Circulante	<u>146.885</u>	<u>136.970</u>	<u>146.885</u>	<u>136.970</u>

14 Créditos não consumidos pelos usuários

Créditos não consumidos pelos usuários referem-se ao valor de emissão dos cartões colocados em circulação e ainda não apresentados para reembolso pelos estabelecimentos comerciais credenciados.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) (i)	54.391	50.675	54.391	50.675
Cartão Premiação	5.099	9.033	5.099	9.033
Cartão Presente	959	1.180	959	1.180
Cartão Combustível	808	1.037	808	1.037
Cartão Viagem	554	492	554	492
Cartão Natal	437	225	437	225
Outros (ii)	<u>8.711</u>	<u>1.172</u>	<u>8.711</u>	<u>1.172</u>
	<u>70.959</u>	<u>63.814</u>	<u>70.959</u>	<u>63.814</u>

- (i) Refere-se aos valores recebidos de clientes e destinados ao consumo dos usuários do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) na rede de estabelecimentos credenciados.
- (ii) Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 refere-se a créditos disponibilizados para clientes pré-pagos cujo faturamento se dá no início do exercício seguinte.



15 Empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Banco Bradesco (i)	-	18	-	18
Banco Safra (iii)	-	-	-	-
Banco Santander (iv)	-	590	-	590
Banco ABC Brasil (ii)	-	-	-	-
Banco Agrícola Brasil (ii)	-	10.000	-	10.000
	<u>-</u>	<u>10.608</u>	<u>-</u>	<u>10.608</u>
Passivo circulante	-	608	-	608
Passivo não circulante	-	10.000	-	10.000

- (i) Saldos devedores de contratos de leasing financeiro firmados para aquisição de ativos imobilizados, com prazos que variam de 36 a 48 meses.
(ii) Saldo devedor em conta garantida.
(iii) Saldo devedor referente a leasing POS, com prazo de 36 meses.
(iv) Projeto de inovação do parque tecnológico.

Os empréstimos e os financiamentos estão garantidos por avais da diretoria, caução de recebíveis e para as operações de *Leasing*, *CDC* e *FINAME* aval e alienação fiduciária.

A Companhia não possui nenhum contrato de empréstimo e financiamento contendo cláusula restritiva (*covenants*) ou obrigações contratuais vinculadas.

16 Salários, provisões e encargos sociais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os salários, provisões e encargos sociais estavam assim representadas:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Salários e ordenados	16	827	16	827
Encargos sociais sobre salários e ordenados	1.718	1.523	1.718	1.523
Férias e encargos sociais	<u>4.758</u>	<u>4.453</u>	<u>4.758</u>	<u>4.453</u>
	<u>6.492</u>	<u>6.803</u>	<u>6.492</u>	<u>6.803</u>



17 Contingências

A Companhia possui processos de naturezas cível e trabalhista, todos em razão do curso normal das operações. Veja política contábil na nota 4 (g). A Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingência, em que considera suficiente para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso, como segue:

	2022	Constituição	Baixa	Reversão	2023
Trabalhistas	738	288	(319)	(293)	414
Cíveis (i)	18.312	16.034	(6.169)	(4.107)	24.070
Tributárias (ii)	8.748	902	-	(60)	9.591
Provisão contrato oneroso (iii)	1.105	-	(1.105)	-	-
	<u>28.904</u>	<u>17.225</u>	<u>(7.593)</u>	<u>(4.461)</u>	<u>34.075</u>

- (i) O aumento no saldo de processos cíveis contingenciados se deve à crescente relacionada aos litígios do Produto saque, em decorrência da quantidade de novos processos, bem como alteração de prognóstico de perda para os já existentes, face aos desfechos desfavoráveis de processos semelhantes ao longo do exercício de 2022 e 2023.
- (ii) Referem-se à processos tributários, sendo R\$ 7.308 (R\$ 6.401 em 2022) relacionados à PIS/Cofins sobre receitas financeiras depositados judicialmente e suas atualizações, visto que o processo judicial encontra-se ativo e R\$ 2.283 relacionados ao processo de ISS de São Paulo (obrigações acessórias), sendo que conforme acordo de compra e venda parte do valor (524k) é de responsabilidade dos antigos acionistas.
- (iii) Baixa completa da provisão referente à aplicação do CPC 25 ao contrato firmado com a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), cujos custos para cumprimento e continuidade na prestação do serviço superam as receitas esperadas;

Processos judiciais e administrativos não provisionados

A Companhia possui processos judiciais de naturezas trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, para os quais não há provisão constituída. O montante classificado como possível em 2023 monta R\$ 11.738 (R\$ 12.275 em 2022) referente a processos cíveis, R\$ 292 (R\$ 104 em 2022) referente a processos trabalhistas e R\$ 29.010 (R\$ 29.010 em 2022) referente a processos fiscais.

O valor de R\$ 29.010 classificado como perda possível em contingências fiscais é composto por dois processos administrativos de ISS emitidos pela Prefeitura de São Paulo. A Companhia protocolou recurso ordinário em fevereiro/2021, e em outubro/2021 aderiu ao PPI/SP (Programa de parcelamento Incentivado), liquidando os Autos de Infração relacionados às receitas que estavam classificadas como Perda Provável e Perda Possível.



Quanto aos autos restantes, em 2022 encerrou-se a fase administrativa e iniciou a judicial, cuja movimentação encontra-se relatada abaixo:

- abril/2022 foi protocolado o “procedimento cautelar” com liminar, dando inicial à fase judicial;
- junho/2022, protocolou-se a emenda à inicial (Ação principal);
- outubro/2022 o cartório certificou a intempestividade da contestação da PMSP juntada nos autos da Anulatória;
- novembro/2022 a Up peticionou requerendo o julgamento antecipado da lide ante a Revelia da PMSP;
- dezembro/2022 o juiz encerrou a fase instrutória (não houve interesse das partes em novas provas) e abriu prazo para alegações finais. A PMSP em virtude da perda do prazo de contestação já havia se antecipado e apresentou-a em dezembro/22, e a Up apresentou as alegações finais em janeiro/2023.
- Em 2023 o juiz manifestou com pedido de perícia sendo este o status atual para o exercício;

A Companhia também possui causas cíveis ativas no montante de R\$ 14.226 (R\$ 20.353 em 2022) cuja probabilidade de ganho é considerada como provável pelos seus assessores jurídicos.

A Companhia constituiu garantia financeira em processos cuja motivação é anterior à administração da Companhia UP.

	Controladora e Consolidado	
	2023	2022
Ações judiciais fiscais	524	524
	524	524
Ativo não circulante (i)	524	524

- (i) Refere-se à parte atribuída aos sócios egressos da Companhia por se tratarem de causas cuja motivação é anterior à administração do Grupo UP. O montante de R\$ 524 (R\$ 524 em 2022) refere-se a causas fiscais e foi registrado no ativo circulante em conta de Garantia Financeira e não impacta o resultado da Companhia.

18 Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
ISS a recolher	147	210	147	210
PIS a recolher	98	78	98	78
COFINS a recolher	452	358	452	358
ICMS a recolher	3	2	3	2
PIS s/ receita financeira	87	42	87	42
COFINS s/ receita financeira	540	256	540	256
IRRF retido a recolher	20	24	20	24
PCC retido a recolher	70	66	70	66
IRRF - Auto retenção	13	13	13	13
Total Impostos e contribuições a recolher	1.430	1.049	1.430	1.049



19 Outros débitos e valores

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2023	2022	2023	2022
Contas a pagar - suprimentos	2.702	1.471	2.702	1.471
Provisão de contas a pagar (i)	6.261	6.476	6.261	6.476
Repasse de comissão - seguros	1.005	708	1.005	708
Arrendamento (ii)	1.198	1.197	1.198	1.197
Créditos de saque a ceder (iii)	4.919	18.304	4.919	18.304
Outros credores diversos	3.713	1.173	3.917	1.283
Repasse de comissão - multibenefícios	<u>6</u>	<u>-</u>	<u>6</u>	<u>-</u>
	<u>19.804</u>	<u>29.329</u>	<u>20.008</u>	<u>29.435</u>

- (i) Refere-se a saldos a pagar para fornecedores diversos provisionados conforme período de competência.
- (ii) Refere-se aos contratos de aluguel submetidos à aplicação da norma CPC06 (R2).
- (iii) Refere-se receitas do Produto Saque que serão cedidas ao FIDC (Fundo de direitos creditórios) no próximo exercício.

20 Garantia de investimentos

Conforme contrato de compra e venda celebrado entre a incorporada CDHI e os vendedores da Planinvesti Participações Ltda., as partes se comprometeram a manter aplicado em fundo de investimentos parte do valor de aquisição como garantia de obrigações assumidas pelos vendedores. O saldo da garantia para a Planinvesti Participações Ltda. em 2023 era de R\$ 13.123 (R\$ 11.853 em 2022) e a movimentação ocorrida na Companhia, incorporadora da CDHI está detalhada abaixo.

Saldo em 31 de dezembro de 2022	11.853
Resgate	(227)
Rendimentos	1.497
Saldo em 31 de dezembro de 2023	13.123



21 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 2023 e 2022, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e as suas relacionadas, para os respectivos tipos de operações:

a. Transações e saldos

Controladora e Consolidado	2023				2022			
	Ativo	(Passivo)	Receita	(Despesa)	Ativo	(Passivo)	Receita	(Despesa)
Cost Sharing (i)								
FBR Soluções e Participações S.A. (controladora direta)	-	(8)	-	(8)	-	(4)	146	(28)
Up Groupe Invest Participações Ltda. (controladora indireta)	-	(107)	-	(2.202)	-	(271)	-	(2.860)
Royalties (ii)								
Up Groupe Invest Participações Ltda. (controladora indireta)	-	(124)	-	(1.316)	-	(131)	-	(1.278)
Mútuo (iii)								
FBR Soluções e Participações S.A. (controladora direta)	-	-	-	-	-	-	-	-
UP Groupe Invest Participações Ltda. (controladora indireta)	-	(3.356)	-	(162)	-	(3.194)	-	(155)
C.D Holding Internacionale AS. (controladora indireta)	-	-	-	(516)	-	(8.750)	-	(934)
Consultoria França (iv)								
C.D Holding Internacionale AS. (controladora indireta)	-	(915)	-	(3.950)	-	(527)	-	(3.384)
Garantias (v)								
Sócios egressos	524	(13.123)	-	-	524	(11.853)	-	-
Circulante	-	(1.154)	-	-	-	(933)	-	-
Não circulante	-	(3.356)	-	-	-	(11.944)	-	-

- (i) Em setembro de 2016 foi celebrado o contrato de cost sharing, o qual refere-se ao rateio das despesas operacionais da controladora FBR Soluções Participações S.A. entre a empresa operacional da Companhia UP Brasil. Em janeiro de 2019 foi celebrado contrato de rateio (cost sharing) entre a UP Groupe Invest e a UP Brasil.
- (ii) Contrato de royalties com a empresa Up Groupe Invest Participações Ltda.
- (iii) Contrato de mútuo firmado com a empresa FBR Soluções e Participações S.A com juros remuneratórios a uma taxa fixa de 1% ao mês pró-rata dia sobre valor do saldo devedor. O contrato foi quitado em dezembro de 2021. Contrato de mútuo entre Up Groupe e Up Brasil à taxa de 5% ao ano. Em novembro de 2021 foi firmado novo contrato de mútuo com a CD Holding Internacionale com taxa 12% ao ano, que foi liquidado em novembro de 2023.
- (iv) Em janeiro de 2017 foi firmado contrato de consultoria e gestão com a C.D Holding Internacionale SAS.
- (v) O saldo de ativo, refere-se à parte atribuída aos sócios egressos da Companhia por se tratar de causas judiciais cuja motivação é anterior à administração da Companhia. No passivo, conforme contrato de compra e venda celebrado entre a CDHI Brasil Participações Ltda. e os vendedores da Planinvesti Participações Ltda., as partes se comprometeram a manter aplicado em fundo de investimentos parte do valor de aquisição como garantia de obrigações assumidas pelos vendedores.



b. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os representantes legais dos acionistas os diretores e os gerentes. A Companhia é administrada pelas holdings e seus administradores são pagos através de rateio de despesas (cost-sharing). Já os gerentes e diretores que não estão alocados nas holdings foram remunerados pela Companhia no montante de R\$ 6.927 (R\$ 6.304 em 2022).

c. Benefício a empregados

A Companhia não possui plano de benefício pós-emprego (previdência complementar) e concede aos seus funcionários os benefícios mínimos garantidos pela CLT e pelos acordos coletivos firmados com os sindicatos, tais como: seguro-saúde, assistência odontológica, seguro de vida, participação nos resultados, etc.

22 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da Companhia era composto conforme quadro abaixo:

		<u>Participação acionária</u>	
	País	Participação	Valor (em R\$)
FBR Soluções Participações Ltda.	Brasil	99,999999%	139.245.920
Alexandre Yves René Perez	França	0,000001%	1
			139.245.921

Em fevereiro de 2021, através da 39ª Alteração contratual, o sócio minoritário da Companhia Alexandre René Yves Perez deixa a sociedade, transferindo a única cota que detinha para a FBR Soluções e Participações S.A. A Companhia passa, então, a ser uma sociedade limitada unipessoal.

Em dezembro de 2021 houve aumento de capital no valor de R\$ 8.000 composto por 8.000.000 de novas cotas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada.

Dessa forma, em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia estava composto e sumarizado como segue:

		<u>Participação acionária</u>	
	País	Participação	Valor (em R\$)
FBR Soluções Participações S.A.	Brasil	100%	<u>147.245.921</u>
			147.245.921



UP Brasil Administração e Serviços Ltda.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2023

Em dezembro de 2022 a controladora FBR Soluções e Participações S.A. aumentou o capital da Companhia investida no valor de R\$ 7.700, composto por 7.700.000 de novas cotas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada.

Em dezembro de 2022, o capital social da Companhia estava composto e sumarizado como segue:

Participação acionária			
	País	Participação	Valor (em R\$)
FBR Soluções Participações S.A.	Brasil	100%_	154.945.921
			154.945.921

Em 2023 a Companhia não passou por alterações no capital social, e, portanto, permanece conforme composto e sumarizado abaixo:

Participação acionária			
	País	Participação	Valor (em R\$)
FBR Soluções Participações S.A.	Brasil	100%_	154.945.921
			154.945.921

b. Dividendos

Conforme estabelecido no Contrato Social da Companhia, os lucros devem ser destinados segundo decisão dos sócios, de forma proporcional às suas participações no Capital Social da Companhia. Para o ano encerrado em dezembro de 2023, a Companhia não distribuiu dividendos, visto que mesmo obtendo lucro anual a Companhia ainda apresenta um saldo de prejuízos acumulados a compensar.

23 Receita operacional

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita bruta de serviços	110.786	120.734	147.767	149.531
(-) Impostos e deduções sobre serviços:				
Descontos incondicionais concedidos (i)	(17.341)	(32.524)	(17.341)	(32.524)
ISS	(2.149)	(2.366)	(2.149)	(2.366)
PIS	(1.507)	(1.416)	(1.507)	(1.416)
COFINS	(6.940)	(6.524)	(6.940)	(6.524)
Receita líquida de serviços	82.849	77.904	119.830	106.701

- (i) Diminuição expressiva na linha de descontos incondicionais concedidos devido a nova Lei do PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador) publicada em agosto de 2023.



24 Custos dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Infraestrutura de Tecnologia	(1.852)	(3.359)	(1.852)	(3.359)
Telefonia	(133)	(151)	(133)	(151)
Links e comunicação com POS	(6.348)	(6.713)	(6.348)	(6.713)
Estrutura de Concessionárias	(9.117)	(8.194)	(9.117)	(8.194)
Impressos	(175)	(108)	(175)	(108)
Confecção de cartão	(1.070)	(1.119)	(1.070)	(1.119)
Manutenção de POS	(1.448)	(1.712)	(1.448)	(1.712)
Data Center	(2.521)	(1.909)	(2.521)	(1.909)
Tarifa de serviços - Banco 24 Horas	(539)	(1.313)	(539)	(1.313)
Ente Consignante	(283)	(273)	(283)	(273)
Credenciamentos	(1.124)	(2.254)	(1.124)	(2.254)
Aluguel CPTM (i)	(4.260)	(7.243)	(4.260)	(7.243)
Seguro/Fiança	(971)	(858)	(971)	(858)
Outros custos	(5.884)	(889)	(5.884)	(889)
	<u>(35.725)</u>	<u>(36.095)</u>	<u>(35.725)</u>	<u>(36.095)</u>

- (i) Aumento expressivo se deve à aplicação de índice de correção acima da inflação em 2022 e é motivo de discussão judicial e provisão de contingência para contrato oneroso, conforme mencionado na nota explicativa 17.

25 Despesas com pessoal

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Remunerações e encargos	(32.906)	(31.071)	(32.907)	(31.071)
Benefícios	(5.686)	(5.328)	(5.685)	(5.328)
Férias e encargos	(3.466)	(3.737)	(3.466)	(3.737)
13º salário e encargos	(2.138)	(2.582)	(2.138)	(2.582)
Participação no resultado	(1.253)	(1.116)	(1.253)	(1.116)
	<u>(45.449)</u>	<u>(43.834)</u>	<u>(45.449)</u>	<u>(43.834)</u>



26 Despesas gerais e administrativas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2023	2022	2023	2022
Provisão para perdas esperadas	(4.207)	(2.857)	(5.372)	(261)
Despesas comerciais	(5.260)	(4.265)	(5.260)	(4.265)
Despesas operacionais	(4.483)	(3.630)	(4.483)	(3.630)
Assessoria e consultoria	(6.271)	(5.673)	(6.271)	(5.673)
Despesas prediais e de ocupação	(1.178)	(952)	(1.178)	(952)
Manutenção e conservação de bens	(452)	(487)	(452)	(487)
Comunicação	(240)	(252)	(240)	(252)
Auditoria	(535)	(472)	(535)	(472)
Serviços de terceiros	(90)	(354)	(90)	(354)
Despesas bancárias	(132)	(141)	(132)	(141)
Serviços do sistema financeiro	-	-	(1.165)	(880)
Impostos e taxas	(680)	(476)	(679)	(476)
Materiais de escritório	(87)	(139)	(87)	(137)
Royalties (nota explicativa 21)	(1.316)	(1.278)	(1.316)	(1.278)
Custo com holdings (nota explicativa 21)	(2.210)	(2.888)	(2.210)	(2.888)
Serviços administrativos CD Holding (nota explicativa 21)	(3.950)	(3.834)	(3.950)	(3.834)
	<u>(31.091)</u>	<u>(27.698)</u>	<u>(33.420)</u>	<u>(25.981)</u>
PDD	(4.207)	(2.857)	(5.372)	(261)
Despesas administrativas	(64.912)	(25.822)	(66.076)	(26.701)

27 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2023	2022	2023	2022
Ganho na venda de imobilizado	237	161	237	161
Receitas com partes relacionadas (nota explicativa 21)	-	146	-	146
Receita garantia financeira	-	315	-	315
Recuperação crédito de impostos	2.149	5.406	2.149	5.406
Outras receitas	<u>86</u>	<u>848</u>	<u>95</u>	<u>855</u>
Subtotal - Outras receitas	<u>2.472</u>	<u>6.876</u>	<u>2.481</u>	<u>6.883</u>
Provisão para contingências	(5.703)	(6.076)	(5.703)	(6.076)
Perdas com causas judiciais	(8.351)	(6.415)	(8.351)	(6.415)
Provisão para contrato oneroso (i)	1.105	1.942	1.105	1.942
Despesa com aquisição de carteiras	(16)	(54)	(16)	(54)
Perda com alienação de imobilizado	(2.442)	(431)	(2.442)	(431)
Perda na baixa de intangíveis (ii)	-	(46.169)	-	(46.169)
Contribuições e doações	(31)	(33)	(31)	(33)
Perdas indedutíveis	(203)	(395)	(203)	(395)
Outras despesas (iii)	<u>444</u>	<u>(2.303)</u>	<u>444</u>	<u>(2.303)</u>
Subtotal - Outras despesas	<u>(15.197)</u>	<u>(59.933)</u>	<u>(15.197)</u>	<u>(59.933)</u>
Total - Outras receitas (despesas) líquidas	<u>(12.725)</u>	<u>(53.057)</u>	<u>(12.716)</u>	<u>(53.050)</u>



UP Brasil Administração e Serviços Ltda.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2023

- (i) Refere-se à aplicação do CPC 25 ao contrato firmado com a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) cujos custos para cumprimento e continuidade na prestação do serviço superam as receitas esperadas. Em 2023 foi revertida por completo a provisão do contrato oneroso (R\$ 1.105);
- (ii) Em 2022 foi realizada a baixa dos intangíveis incorporados da CDHI Brasil Participações Ltda. referentes aos ativos Relacionamento com clientes (R\$ 15.115) e Marcas e Patentes (R\$ 31.054) identificados nas aquisições das ex-controladas Planinvesti Adm e Serviços Ltda e Empório Card Ltda Após avaliação e análise minuciosa de sua carteira de clientes atual, a Companhia entendeu não haver mais benefício econômico na manutenção destes bens intangíveis.
- (iii) Em 2023 resultado positivo devido a reversões de provisão.

28 Receitas (despesas) financeiras, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita líquida antecipação serviços	19.648	20.586	19.648	20.586
Receita de aplicação financeira (i)	39.033	32.821	3.030	1.619
Juros ativos (ii)	1.380	1.694	1.380	1.694
Rendimentos sobre cotas do fundo de renda fixa	-	-	1.226	580
Receitas financeiras com partes relacionadas (nota explicativa 21)	11	22	11	22
Atualização de créditos fiscais	863	1.514	863	1.514
Descontos obtidos	5	75	5	75
Variação cambial ativa (iii)	90	1.191	90	1.191
Outras receitas financeiras	-	-	117	106
(-) PIS/Cofins sobre receitas financeiras	(1.977)	(1.764)	(1.977)	(1.764)
Subtotal - receitas financeiras	59.053	56.139	24.393	25.623
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(1.378)	(3.484)	(1.378)	(3.484)
Despesas financeiras com partes relacionadas (nota explicativa 21)	(678)	(1.089)	(678)	(1.089)
IOF	(210)	(278)	(210)	(278)
Descontos concedidos	(195)	(1.161)	(196)	(1.161)
Juros passivos	(26)	(38)	(26)	(38)
Multas	(16)	(10)	(16)	(10)
Variação cambial passiva	(12)	-	(12)	-
Juros sobre arrendamento (CPC06)	(127)	(199)	(127)	(199)
Outras despesas financeiras	-	(1)	-	(6)
Subtotal - despesas financeiras	(2.642)	(6.260)	(2.643)	(6.265)
Total - Receitas (despesas) financeiras, líquidas	56.411	49.879	21.750	19.358

- (i) O saldo de receita de aplicação financeira da controladora inclui R\$ 36.003 (R\$ 31.202 em 2022) de rendimentos sobre as quotas do FIDC II.
- (ii) Referem-se a juros cobrados de títulos em atraso do contas a receber resultante de ações de cobrança intensificadas em 2023 e 2022.
- (iii) Em 2022 variação cambial referente ao pagamento das invoices de Consultoria CD. Holding referentes a 2019, 2020, 2021 (nota explicativa 21).



29 Gerenciamento de riscos

a. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia possui exposição aos seguintes riscos através de seu uso de instrumentos financeiros:

- Riscos de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco operacional.

Esta nota explicativa apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada tipo de risco mencionado acima, os objetivos da Companhia, as políticas e os procedimentos para mensuração e gerenciamento de riscos, assim como a gestão de capital da Companhia.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e pela supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Administração é responsável pelo desenvolvimento e pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco. Os gestores de cada departamento reportam-se regularmente à Administração sobre as suas atividades.

As políticas são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e de seus procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e as suas obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com as suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros, conforme apresentado abaixo.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Nota	2023	2022	2023	2022
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	4	67.224	36.609	93.132	43.250
Ativos financeiros	5	14.462	13.203	15.637	14.082
Contas a receber de clientes	6	105.189	161.779	181.064	220.940
Fundos de investimentos em direitos creditórios	7	102.574	66.571	-	-
Outros créditos	9	18.977	14.893	18.977	14.893
		<u>308.606</u>	<u>293.055</u>	<u>308.810</u>	<u>293.165</u>
Circulante		308.606	293.055	308.810	293.165



Contas a receber de clientes

Agindo de forma preventiva quando da concessão de créditos aos clientes, a exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Porém, a Administração da Companhia também considera os riscos por região, através de históricos de créditos com liquidação duvidosa. Dessa forma, a Administração estabeleceu políticas de créditos sob as quais cada novo cliente é analisado, visando a um tratamento adequado para diversas situações identificadas, tendo por base uma análise de crédito eficaz.

Por sua vez, para o gerenciamento dos riscos de crédito dos recebíveis já constituídos, a companhia efetuou aplicação da abordagem simplificada do modelo prospectivo de perdas esperadas, consoante com o CPC 48. Além disso, a Companhia busca pulverizar suas receitas através de seu portfólio de clientes, não existindo concentrações relevantes em clientes específicos.

Garantias

Para algumas operações do contas a receber da Companhia, que estão em atraso, foram apresentadas garantias reais, reduzindo o risco de crédito destas operações.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A previsão do fluxo de caixa é realizada pela Alta Administração, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que esta tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, além de manter espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou as cláusulas dos empréstimos (quando aplicáveis) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão considera os planos de financiamento da dívida da Companhia, o cumprimento de cláusulas, o cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, as exigências regulatórias externas ou legais.



A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros:

Controladora			
2023	Fluxo de caixa	Até	Acima de
Passivos financeiros	contratual	1 ano	1 ano
Fornecedores conveniados	146.885	146.885	-
Crédito não consumidos pelos usuários	70.959	70.959	-
Obrigações sociais	6.492	6.492	-
Obrigações fiscais	1.430	1.430	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	-
Valores a pagar com partes relacionadas	4.511	240	4.271
Outros débitos e valores	19.804	19.804	-
	250.081	245.810	4.271
2022			
Passivos financeiros			
Fornecedores conveniados	136.970	136.970	-
Créditos não consumidos pelos usuários	63.814	63.814	-
Obrigações sociais	6.803	6.803	-
Obrigações fiscais	1.049	1.049	-
Empréstimos e financiamentos	10.608	608	10.000
Valores a pagar com partes relacionadas	12.878	934	11.944
Outros débitos e valores	29.329	29.329	-
	261.451	239.507	21.944
Consolidado			
2023	Fluxo de caixa	Até	Acima de
Passivos financeiros	contratual	1 ano	1 ano
Fornecedores conveniados	146.885	146.885	-
Crédito não consumidos pelos usuários	70.959	70.959	-
Obrigações sociais	6.492	6.492	-
Obrigações fiscais	1.430	1.430	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	-
Valores a pagar com partes relacionadas	4.511	240	4.271
Outros débitos e valores	19.804	19.804	-
	250.081	245.810	4.271
2022			
Passivos financeiros			
Fornecedores conveniados	136.970	136.970	-
Créditos não consumidos pelos usuários	63.814	63.814	-
Obrigações sociais	6.803	6.803	-
Obrigações fiscais	1.049	1.049	-
Empréstimos e financiamentos	10.608	608	10.000
Valores a pagar com partes relacionadas	12.878	934	11.944
Outros débitos e valores	29.439	29.439	-
	261.561	239.617	21.944

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ser realizados antecipadamente.



Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e as taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno. Pelo perfil do risco da atividade de concessão, a Companhia não possui operações de derivativos.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia procura manter sua exposição à mudança de taxas de juros em níveis aceitáveis. A exposição a este risco está relacionada a empréstimos e financiamentos e a aplicações financeiras.

A Companhia não realizou a análise de sensibilidade para este risco, já que a maioria desses passivos está vinculada à taxa de juros prefixada, e compreende que qualquer mudança em passivos e ativos financeiros vinculados à taxa de juros fixa seria compensada entre si e produziria efeito no resultado irrelevante.

Gestão de capital

A política da Companhia em manter uma base sólida de capital resulta na confiabilidade dos investidores, dos credores e do mercado, assim como solidifica alicerces para o desenvolvimento de negócios futuros. O constante monitoramento do retorno de capital e o zelo pela política de distribuição de dividendos são práticas consagradas em respeito ao acionista e ao empreendimento administrado.

Ao administrar seu capital, os objetivos da Companhia são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal, capaz de promover a otimização dos custos incorridos.

Risco operacional

Os riscos operacionais são os riscos diretos e indiretos de perdas decorrentes de uma variedade de causas associadas aos processos da Companhia, assim como aos colaboradores, à tecnologia e à infraestrutura, além de fatores externos de mercado e de liquidez, como os decorrentes de ações legais e requerimentos regulatórios.

O objetivo da Companhia é gerenciar os riscos operacionais, assim como evitar as perdas financeiras e os danos à reputação das empresas, mediante procedimentos e políticas alinhados às atividades e aos negócios da Companhia.

A responsabilidade de desenvolver, implementar e monitorar controles para endereçar os riscos operacionais é da Alta Administração da Companhia, sendo auxiliada pela recém-implementada Auditoria Interna, sobretudo quanto a revisões periódicas dos controles e das políticas internas, a fim de garantir as implementações e o funcionamento adequados.



b. Demonstração dos ativos e passivos financeiros em suas respectivas classificações por categorias

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme quadros abaixo:

Controladora				
2023				
	Nota	Valor justo por meio do resultado	Ativos pelo custo amortizado	Passivos pelo custo Amortizado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	67.224	-
Ativos financeiros	5	14.642	-	-
Contas a receber de clientes	6	-	105.189	-
Fundos de investimentos em direitos creditórios	7	102.574	-	-
Outros créditos	9	-	18.977	-
Passivos				
Fornecedores	13	-	-	(146.885)
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	-
Valores a pagar a partes relacionadas	21	-	-	(4.511)
Outros débitos e valores	19	-	-	(20.008)
Total		117.216	191.390	171.404

Controladora				
2022				
	Nota	Valor justo por meio do resultado	Ativos pelo custo amortizado	Passivos pelo custo amortizado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	36.609	-
Ativos financeiros	5	13.203	-	-
Contas a receber de clientes	6	-	161.779	-
Fundos de investimentos em direitos creditórios	7	66.571	-	-
Outros créditos	9	-	14.893	-
Passivos				
Fornecedores	13	-	-	(136.970)
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	(10.608)
Valores a pagar a partes relacionadas	21	-	-	(12.878)
Outros débitos e valores	19	-	-	(29.439)
		79.774	213.281	(189.895)



UP Brasil Administração e Serviços Ltda.
 Demonstrações financeiras
 em 31 de dezembro de 2023

Consolidado				
2023				
	Nota	Valor justo por meio do resultado	Ativos pelo custo amortizado	Passivos pelo custo Amortizado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	93.132	-
Ativos financeiros	5	15.637	-	-
Contas a receber de clientes	6	-	181.064	-
Outros créditos	9	-	18.977	-
Passivos				
Fornecedores	13	-	-	(146.885)
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	-
Valores a pagar a partes relacionadas	21	-	-	(4.511)
Outros débitos e valores	19	-	-	(20.008)
Total		15.637	293.173	(171.404)

Consolidado				
2022				
	Nota	Valor justo por meio do resultado	Ativos pelo custo amortizado	Passivos pelo custo amortizado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	43.250	-
Ativos financeiros	5	14.082	-	-
Contas a receber de clientes	6	-	220.940	-
Outros créditos	9	-	14.893	-
Passivos				
Fornecedores	13	-	-	(136.970)
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	(10.608)
Valores a pagar a partes relacionadas	21	-	-	(12.878)
Outros débitos e valores	19	-	-	(29.439)
Total		14.082	279.083	(189.895)

Durante o exercício não houve alterações em relação às classificações apresentadas no quadro acima.

Valor justo versus valor contábil

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo, apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.



Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;

Nível 2 - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou o passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Controladora					
	Nota	Valor contábil em 2023	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros	5	14.642	-	14.642	-
Fundos de investimentos em direitos creditórios	7	102.574	-	102.574	-
	Nota	Valor contábil em 2022	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros	5	13.203	-	13.203	-
Fundos de investimentos em direitos creditórios	7	66.571	-	66.571	-
Consolidado					
	Nota	Valor contábil em 2023	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros	5	15.637	-	15.637	-
	Nota	Valor contábil em 2022	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros	5	14.082	-	14.082	-

30 Eventos subsequentes

A Administração da Companhia ressalta sobre as novas vertentes trazidas na nova Lei do PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador) em 2023. Questões como a interoperabilidade e portabilidade têm o potencial de provocar impactos significativos na economia e no futuro das empresas de benefícios quanto ao modelo de negócio.

A introdução de requisitos de interoperabilidade entre os diferentes fornecedores de benefícios alimentares, juntamente com a facilitação da portabilidade dos créditos de alimentação, está projetada para promover uma maior concorrência e eficiência no mercado de benefícios. Essas mudanças podem resultar em uma maior escolha e flexibilidade para os trabalhadores, permitindo-lhes acessar uma variedade mais ampla de opções de benefícios.



Por outro lado, as empresas de benefícios enfrentarão desafios adicionais para se adaptar a essas novas exigências legais, incluindo investimentos em tecnologia e processos para garantir a conformidade e a integração adequada dos sistemas. No entanto, espera-se que, a longo prazo, tais medidas possam impulsionar a inovação e o crescimento no setor de benefícios, resultando em benefícios econômicos tanto para a Companhia quanto para os trabalhadores e usuários dos nossos serviços.

* * *

Diretoria

Alexandre Nani
Diretor Financeiro

Thomas Pillet
Diretor Geral

Controladoria

Yalis Kluska Rosa Donini
Contadora CRC-SP-1SP258872/O-7



UP BRASIL ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA

CNPJ: 02.959.392/0001-46

Demonstrativo de Índices

Emissão: 17/05/2024 13.03.56

		dez-23
LIQUIDEZ CORRENTE (ILC)		
Ativo Circulante	310.142.238,04	= 1,19
Passivo Circulante	259.848.249,10	
LIQUIDEZ GERAL (ILG)		
Ativo Circulante + Realizável à Longo Prazo	352.934.548,81	= 1,19
Passivo Circulante + Exigível à Longo Prazo	297.279.555,46	
LIQUIDEZ SECA (ILS)		
Ativo Circulante - Estoques	310.142.238,04	= 1,19
Passivo Circulante	259.848.249,10	
SOLVÊNCIA GERAL (ISG)		
Total Ativo	363.815.236,44	= 1,22
Passivo Circulante + Exigível à Longo Prazo	297.279.555,46	
ENDIVIDAMENTO (IE)		
Passivo Circulante + Exigível à Longo Prazo	297.279.555,46	= 0,82
Total Ativo	363.815.236,44	
GARANTIA DE CAPITAIS DE TERCEIROS (GCT)		
Passivo Circulante + Exigível à Longo Prazo	297.279.555,46	= 4,47
Patrimônio Líquido	66.535.680,98	
CAPITALIZAÇÃO		
Patrimônio Líquido	66.535.680,98	= 0,18
Total Ativo	363.815.236,44	
IMOBILIZAÇÃO		
Ativo permanente	10.880.687,63	= 0,10
Patrimônio Líquido + Exigível a Longo Prazo	103.966.987,34	
GARANTIA DE CAPITAIS DE TERCEIROS (GCT II)		
Patrimônio Líquido	66.535.680,98	= 0,22
Passivo Circulante + Exigível à Longo Prazo	297.279.555,46	
ÍNDICE DE LIQUIDEZ IMEDIATA (ILI)		
Disponibilidades	80.331.177,57	= 0,31
Passivo Circulante	259.848.249,10	
CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO (CCL)		
Ativo Circulante	310.142.238,04	= 50.293.988,94
Passivo Circulante	259.848.249,10	
Ativo Circulante - Passivo Circulante		

THOMAS RICHARD
VICTOR RENE

PILLET:22941110879

Thomas Richard Victor Rene 2024.05.17
19:33:16 -03'00'

CPF: 229.411.108-79

Assinado de forma digital
por THOMAS RICHARD
VICTOR RENE
PILLET:22941110879YALIS KLUSKA ROSA
DONINI:2851988387
7Yalis Kluska Rosa Donini
Contadora
CRC: 1SP258872/O-7
CPF: 285.198.838-77Assinado de forma digital por
YALIS KLUSKA ROSA
DONINI:2851988387
Dados: 2024.05.17 13:07:17
-03'00'

JUCESP
20 06 24



JUCESP PROTOCOLO
0.897.552/24-6



UP BRASIL ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.

CNPJ nº 02.959.392/0001-46

NIRE 35.215.527.436

**ATA DA REUNIÃO ANUAL DE SÓCIOS
REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024**

1. DATA, HORA E LOCAL. Realizada em 30 de abril de 2024, às 9 horas, na sede social da Sociedade, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.306, conjunto 51, Sala 01, Bairro Jardim Paulistano, CEP 01451-914.

2. PRESENCAS: Compareceu a sócia detentora da totalidade do capital social da UP BRASIL ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 02.959.392/0001-46 e com seu Contrato Social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.215.527.436 (“Sociedade”), a saber: (i) FBR SOLUÇÕES PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.306, conjunto 51, sala 03, Jardim Paulistano, CEP 01451-914, inscrita no CNPJ sob o nº 24.272.720/0001-74 e com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.489.128, neste ato representada por seu Diretor, Sr. Thomas Richard Victor René Pillet, brasileiro, casado, Diretor, portador do RG nº 60.964.760-X SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 229.411.108-79, e por seu Diretor, Sr. Rodrigo Caiado Paronetto, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº MG 6.853.698 SSP/MG e inscrito no CPF sob o nº 947.213.606-06, ambos com domicílio comercial em São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.306, conjunto 51, Jardim Paulistano, CEP 01451-914.

3. CONVOCAÇÃO. Dispensadas as formalidades de convocação, conforme o disposto no artigo 1.072, §2º da Lei nº 10.406/2002, em decorrência de estar presente a sócia detentora da integralidade do capital social da Sociedade.

4. MESA. Thomas Richard Victor René Pillet, Presidente; e Rodrigo Caiado Paronetto, Secretário.

5. ORDEM DO DIA E DELIBERAÇÕES. Atendidas todas as formalidades legais pertinentes, resolve a única sócia o quanto segue:

1

D4Sign 289d0d7f-6275-46c9-9432-033e7abacd4c - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.



v4.0 - Dautin Blockchain certifica em 22/07/2025 13:20:44 que o documento de hash (SHA-256)
156e9452c750e5e7c70a4e197228af2fc0d627835749c19fb96c6c906f1b0e0 foi validado em 22/07/2025 13:13:06 através da transação blockchain
0x35df8734bf609ad36da14465b0a722125de0ff23c779c396f2915b6e1c235356 e pode ser verificado em <https://www.dautin.com/FileCheck> (NID: 279318)



JUCESP
20 06 24

(i) aprovar, sem ressalvas, as contas da administração, bem como o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras da Sociedade relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2023, disponibilizados à sócia anteriormente à data desta Reunião e publicados em 30.04.2024 na Central de Balanços do SPED sob a Hash B443FF8CD3113D04F899E91ECF4976946C363C28, tendo sido dispensada sua leitura e transcrição;

(ii) aprovar que o montante total do prejuízo apurado no exercício social encerrado em 31.12.2023 seja destinado à conta de prejuízos acumulados da Sociedade.

6. ENCERRAMENTO. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes.

São Paulo/SP, 30 de abril de 2024.

Mesa:

Thomas Richard Victor René Pillet
Presidente da Mesa

Rodrigo Caiado Paronetto
Secretário

Sócia:

FBR SOLUÇÕES PARTICIPAÇÕES S.A.

Thomas Richard Victor René Pillet
Diretor

Rodrigo Caiado Paronetto
Diretor



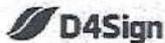
2

D4Sign 289d0d7f-6275-46c9-9432-033e7abacd4c - Para confirmar as assinaturas, acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.



v4.0 - Dautin Blockchain certifica em 22/07/2025 13:20:44 que o documento de hash (SHA-256)
156e9452c750e5e7c70a4e197228af2fc0d627835749c19fbf96c6c906f1b0e0 foi validado em 22/07/2025 13:13:06 através da transação blockchain
0x35df8734bf609ad36da14465b0a722125de0ff23c779c396f2915b6e1c235356 e pode ser verificado em <https://www.dautin.com/FileCheck> (NID: 279318)





4 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em 17 de June de 2024, 09:56:37



36919-Ata RSQ Up Brasil Reunião Anual de Sócios 2024 04
30-240610 pdf
Código do documento 289d0d7f-6275-46c9-9432-033e7abacd4c



Assinaturas



Rodrigo Caiado Paronetto
rodrigo.caiado@upbrasil.com
Assinou



THOMAS RICHARD VICTOR RENE PILLET:22941110879
Certificado Digital
thomas.pillet@up.coop
Assinou

Eventos do documento

11 Jun 2024, 09:23:07

Documento 289d0d7f-6275-46c9-9432-033e7abacd4c **criado** por APARECIDO JUNIOR RODRIGUES (fdfabcea-1be5-46f2-9cab-553d15af153a). Email:junior.rodrigues@heracorp.com.br. - DATE_ATOM: 2024-06-11T09:23:07-03:00

11 Jun 2024, 09:23:55

Assinaturas **iniciadas** por APARECIDO JUNIOR RODRIGUES (fdfabcea-1be5-46f2-9cab-553d15af153a). Email: junior.rodrigues@heracorp.com.br. - DATE_ATOM: 2024-06-11T09:23:55-03:00

14 Jun 2024, 07:27:10

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - THOMAS RICHARD VICTOR RENE PILLET:22941110879
Assinou Email: thomas.pillet@up.coop. IP: 217.108.221.21 (217.108.221.21 porta: 1740). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC VALID RFB v5,OU=A3,CN=THOMAS RICHARD VICTOR RENE PILLET:22941110879. - DATE_ATOM: 2024-06-14T07:27:10-03:00

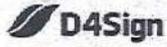
17 Jun 2024, 09:54:38

RODRIGO CAIADO PARONETTO **Assinou** (135d006f-515c-45e4-9d91-cf144aab53f2) - Email: rodrigo.caiado@upbrasil.com - IP: 189.37.67.18 (189.37.67.18 porta: 8926) - Geolocalização: -18.96457717624586 -48.25811809757917 - Documento de identificação informado: 947.213.606-06 - DATE_ATOM: 2024-06-17T09:54:38-03:00

Hash do documento original

(SHA256):759328fa8c59c95573b6581d08d08efd2b1a9dbd7b18c44635cc6450551876e
(SHA512):6f33184fb4420d03aea901c0c98e5bb40dcdcad6856af6f15e336d8ba846347a8925e7a8809ab63b44ff74656b105ed038790feffc8e2d72f226760e9271ac74





4 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em 17 de June de 2024, 09:56:37



Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Prova de Autenticidade válida até 20/10/2025



v4.0 - Dautin Blockchain certifica em 22/07/2025 13:20:44 que o documento de hash (SHA-256)
156e9452c750e5e7c70a4e197228af2fc0d627835749c19fbf96c6c906f1b0e0 foi validado em 22/07/2025 13:13:06 através da transação blockchain
0x35df8734bf609ad36da14465b0a722125de0ff23c779c396f2915b6e1c235356 e pode ser verificado em <https://www.dautin.com/FileCheck> (NID: 279318)



Dautin Blockchain
Rua Dagoberto Nogueira, 100
Ed. Torre Azul - 11º Andar
Sala 1101, Centro, Itajaí - SC
(47) 3514-7599 | (47) 99748-2223
www.dautin.com | dautin@dautin.com



Prova de Autenticidade válida até 20/10/2025

CERTIFICADO DE PROVA DE AUTENTICIDADE ELETRÔNICA

A **Dautin Blockchain** CERTIFICA para os devidos fins de direito que, o arquivo digital especificado com o tipo documental **Autenticação** e representado pela função hash criptográfica conhecida como SHA-256, de código **156e9452c750e5e7c70a4e197228af2fc0d627835749c19fbf96c6c906f1b0e0** foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes¹ através da rede blockchain Binance Smart Chain, sob o identificador único denominado NID **279318** dentro do sistema.

A autenticação eletrônica do documento intitulado "**BALANÇO PATRIMONIAL UP 2023 E ANEXOS**", cujo assunto é descrito como "**BALANÇO PATRIMONIAL UP 2023 E ANEXOS**", faz prova de que em **22/07/2025 13:12:50**, o responsável **UP Brasil Administração e Serviços Ltda (02.959.392/0001-46)** tinha posse do arquivo com as mesmas características que foram reproduzidas na prova de autenticidade, sendo de UP Brasil Administração e Serviços Ltda a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a Dautin Blockchain

Este CERTIFICADO foi emitido em **22/07/2025 13:20:51** através do sistema de autenticação eletrônica da empresa Dautin Blockchain de acordo com o Art. 10, § 2º da MP 2200-2/2001, Art. 107 do Código Civil e Art. 411, em seus §§ 2º e 3º do Código de Processo Civil, estando dessa maneira de acordo para o cumprimento do Decreto 10278/2020.

Para mais informações sobre a operação acesse o site <https://www.dautin.com> e informe o código da transação blockchain **0x35df8734bf609ad36da14465b0a722125de0ff23c779c396f2915b6e1c235356**. Também é possível acessar a consulta através da rede blockchain em <https://bscscan.com/>

¹ Legislação Vigente: Medida Provisória nº 2200-2/2001, Código Civil e Código de Processo Civil.



Presidência da República Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos
MEDIDA PROVISÓRIA 2.200-2
DE 24 DE AGOSTO DE 2001.



RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE 35215527436	CNPJ 02.959.392/0001-46
NOME EMPRESARIAL UP BRASIL ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA	

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO 01/01/2024 a 31/12/2024
NATUREZA DO LIVRO DIARIO GERAL	NÚMERO DO LIVRO 33
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH) 6F.EE.7D.D4.B0.DE.BC.C6.D3.F3.CF.44.92.9C.C2.78.98.54.C6.0C	
ARQUIVOS SUBSTITUÍDOS (HASH)	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTE CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
PESSOA JURÍDICA	02959392000146	UP BRASIL ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA: 02959392000146	841830998726507449 7	10/12/2024 a 10/12/2025	Sim
Contador	28519883877	YALIS KLUSKA ROSA DONINI:28519883877	463280503050657610 1	01/08/2024 a 01/08/2025	Não

NÚMERO DO RECIBO:

6F.EE.7D.D4.B0.DE.BC.C6.D3.F3.CF.
44.92.9C.C2.78.98.54.C6.0C-9

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO
em 13/05/2025 às 10:12:39

83.7B.35.1A.24.6C.CF.EE
F1.08.08.DB.F3.DD.B4.80

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.



TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO



Entidade:	UP BRASIL ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA		
Período da Escrituração:	01/01/2024 a 31/12/2024	CNPJ:	02.959.392/0001-46
Número de Ordem do Livro:	33		

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	UP BRASIL ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA
NIRE	35215527436
CNPJ	02.959.392/0001-46
Número de Ordem	33
Natureza do Livro	DIARIO GERAL
Município	SAO PAULO
Data do arquivamento dos atos constitutivos	02/07/2007
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	02/07/2007
Data de encerramento do exercício social	31/12/2024
Quantidade total de linhas do arquivo digital	8219975

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	UP BRASIL ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA
Natureza do Livro	DIARIO GERAL
Número de ordem	33
Quantidade total de linhas do arquivo digital	8219975
Data de início	01/01/2024
Data de término	31/12/2024

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 6F.EE.7D.D4.B0.DE.BC.C6.D3.F3.CF.44.92.9C.C2.78.98.54.C6.0C-9, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.3.3 do Visualizador

Página 1 de 1



BALANÇO PATRIMONIAL



Entidade: UP BRASIL ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA
Período da Escrituração: 01/01/2024 a 31/12/2024 **CNPJ:** 02.959.392/0001-46
Número de Ordem do Livro: 33
Período Selecionado: 01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R\$ 363.815.236,44	R\$ 336.881.316,91
ATIVO CIRCULANTE		R\$ 310.142.238,04	R\$ 285.410.148,34
Caixa e equivalentes de caixa		R\$ 67.225.356,46	R\$ 65.060.386,56
Ativos financeiros		R\$ 14.641.882,15	R\$ 15.838.820,26
Contas a receber de clientes		R\$ 105.188.772,82	R\$ 81.384.216,26
Fundos de investimentos em direitos creditórios		R\$ 102.574.272,30	R\$ 90.292.886,69
Impostos e contribuições a recuperar		R\$ 1.535.308,16	R\$ 10.437.209,03
Valores a receber de partes relacionadas		R\$ 0,00	R\$ 1.858.789,46
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido		R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outros créditos		R\$ 18.976.646,15	R\$ 20.537.840,08
ATIVO NÃO CIRCULANTE		R\$ 53.672.998,40	R\$ 51.471.168,57
Imposto de renda e contribuição social diferidos		R\$ 42.268.796,77	R\$ 38.695.085,05
Garantia financeira para contingências		R\$ 523.514,00	R\$ 523.514,00
Investimentos		R\$ 0,00	R\$ 368.791,23
Valores a receber de partes relacionadas		R\$ 0,00	R\$ 0,00
Imobilizado		R\$ 3.174.790,73	R\$ 2.588.283,64
Outros Créditos		R\$ 0,00	R\$ 0,00
Intangível		R\$ 7.705.896,90	R\$ 9.295.494,65
PASSIVO		R\$ 363.815.236,44	R\$ 336.881.316,91
PASSIVO CIRCULANTE		R\$ 259.848.249,10	R\$ 229.248.619,65
Fornecedores conveniados		R\$ 146.884.731,86	R\$ 124.260.847,46
Créditos não consumidos pelos usuários		R\$ 70.958.932,87	R\$ 67.582.689,57
Salários, provisões e encargos sociais		R\$ 6.492.363,15	R\$ 6.269.602,88
Impostos e contribuições a recolher		R\$ 1.431.291,34	R\$ 1.377.731,99
Valores a pagar a partes relacionadas		R\$ 1.154.327,12	R\$ 1.001.381,92
(-) Empréstimos e financiamentos		R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
Garantia de investimentos		R\$ 13.122.914,69	R\$ 14.134.739,63
Outros débitos e valores		R\$ 19.803.688,07	R\$ 14.621.626,20
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		R\$ 37.431.306,36	R\$ 38.395.629,26
Empréstimos e financiamentos		R\$ 0,00	R\$ 0,00
Provisões para contingências		R\$ 34.075.013,35	R\$ 38.395.629,26
Valores a pagar a partes relacionadas		R\$ 3.356.293,01	R\$ (0,00)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		R\$ 66.535.680,98	R\$ 69.237.068,00
Capital social		R\$ 154.945.921,00	R\$ 158.458.108,46
(-) Prejuízos acumulados		R\$ (131.294.780,02)	R\$ (132.105.580,46)
Reserva de capital		R\$ 42.884.540,00	R\$ 42.884.540,00

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 6F.EE.7D.D4.B0.DE.BC.C6.D3.F3.CF.44.92.9C.C2.78.98.54.C6.0C-9, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.3.3 do Visualizador

Página 1 de 1



v4.0 - Dautin Blockchain certifica em 22/07/2025 13:20:49 que o documento de hash (SHA-256) 3bb6ca226daf1be5f95ee999a5db9d410b312c269ae942ac2e7747468c189044 foi validado em 22/07/2025 13:13:10 através da transação blockchain 0xe266184ee71b6d3bb4b8bb1237e64f5fef635fe9ee82c121b81ef729e6fcb576 e pode ser verificado em <https://www.dautin.com/FileCheck> (NID: 279317)



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO



Entidade: UP BRASIL ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA
Período da Escrituração: 01/01/2024 a 31/12/2024 **CNPJ:** 02.959.392/0001-46
Número de Ordem do Livro: 33
Período Selecionado: 01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
Receita Líquida		R\$ 82.849.415,39	R\$ 73.728.552,41
(-) Custo dos serviços prestados		R\$ (35.724.704,71)	R\$ (34.573.522,15)
Lucro bruto		R\$ 47.124.710,68	R\$ 39.155.030,26
(-) Despesas com pessoal		R\$ (45.449.035,91)	R\$ (42.458.318,73)
(-) Provisão para perdas		R\$ 33.821.081,21	R\$ (2.678.641,97)
(-) Despesas gerais e administrativas		R\$ (64.911.002,01)	R\$ (27.031.833,73)
(-) Amortização e depreciação		R\$ (6.299.549,93)	R\$ (4.736.445,49)
(-) Outras receitas (despesas)		R\$ (12.727.371,72)	R\$ (13.567.086,02)
(-) Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		R\$ (48.441.167,68)	R\$ (51.317.295,68)
Resultado financeiro		R\$ 56.411.083,76	R\$ 54.211.415,73
(-) Resultado de equivalência patrimonial		R\$ (0,00)	R\$ (131.208,77)
Resultado antes dos impostos		R\$ 7.969.916,08	R\$ 2.762.911,28
(-) Imposto de renda e contribuição social - diferido		R\$ (2.703.750,34)	R\$ (3.573.711,72)
(-) Prejuízo do Exercício		R\$ 5.266.165,74	R\$ (810.800,44)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 6F.EE.7D.D4.B0.DE.BC.C6.D3.F3.CF.44.92.9C.C2.78.98.54.C6.0C-9, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.3.3 do Visualizador

Página 1 de 1





DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO



Entidade: UP BRASIL ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2024 a 31/12/2024

CNPJ: 02.959.392/0001-46

Número de Ordem do Livro: 33

Período Selecionado: 01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024

Histórico	Código de Aglutinação das Contas de Patrimônio Líquido			Total (R\$)
	Capital Social (R\$)	Reservas de Capital (R\$)	Prejuízos Acumulados (R\$)	
Saldo Inicial em 01.01.2024	154.945.921,00	42.884.540,00	(-)131.294.780,02	66.535.680,98
AUMENTO DE CAPITAL	3.512.187,46			3.512.187,46
Lucro do Exercício			(-)810.800,44	(-)810.800,44
Saldo Final em 31.12.2024	158.458.108,46	42.884.540,00	(-)132.105.580,46	69.237.068,00
Notas				



UP Brasil Administração e Serviços Ltda.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	Controladora		Consolidado		Passivos	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023			2024	2023	2024	2023
Ativo circulante						Passivo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	65.060	67.224	86.450	93.132	Fornecedores conveniados	14	124.261	146.885	124.261	146.885
Ativos financeiros	5	15.839	14.642	17.259	15.637	Créditos não consumidos pelos usuários	15	67.583	70.959	67.583	70.959
Contas a receber de clientes	6	81.384	105.189	148.719	181.064	Salários, provisões e encargos sociais	16	6.270	6.492	6.287	6.492
Fundos de investimentos em direitos creditórios	7	90.113	102.574	-	-	Impostos e contribuições a recolher	18	1.377	1.430	1.379	1.430
Valores a receber de partes relacionadas	21	1.859	-	1.671	-	Valores a pagar a partes relacionadas	21	1.001	240	1.021	240
Impostos e contribuições a recuperar	8	10.617	1.535	10.437	1.535	Garantia de investimentos	20	14.135	13.123	14.135	13.123
Outros créditos	9	20.538	18.977	20.680	18.977	Outros débitos e valores	19	14.251	19.804	14.219	20.008
Total do ativo circulante		285.410	310.141	285.216	310.345	Total do passivo circulante		228.879	258.933	228.885	259.137
Ativo não circulante						Passivo não circulante					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	38.695	42.269	38.695	42.269	Valores a pagar a partes relacionadas	21	-	4.271	-	4.271
Garantia financeira com contingências	17	524	524	524	524	Provisões para contingências	17	38.396	34.075	38.396	34.075
Investimentos	11	-	-	-	-	Total do passivo não circulante		38.396	38.346	38.396	38.346
Imobilizado	12	2.588	3.175	2.592	3.175	Patrimônio líquido					
Intangível	13	9.295	7.706	9.491	7.706	Capital social	22	158.458	154.946	158.458	154.946
Total do ativo não circulante		51.102	53.674	51.302	53.674	Reserva especial ágio na incorporação	10	42.885	42.885	42.885	42.885
Total do ativo		336.512	363.815	336.518	364.019	Prejuízos acumulados		(132.106)	(131.295)	(132.106)	(131.295)
						Total do patrimônio líquido		69.237	66.536	69.237	66.536
						Total do passivo e patrimônio líquido		336.512	363.815	336.518	364.019



UP Brasil Administração e Serviços Ltda.**Demonstração dos resultados****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023****(Em milhares de Reais)**

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receita Líquida	23	73.728	82.849	111.899	119.830
Custo dos serviços prestados	24	(34.574)	(35.725)	(34.574)	(35.725)
Lucro bruto		39.154	47.124	77.325	84.105
Despesas com pessoal	25	(42.458)	(45.449)	(42.477)	(45.449)
Provisão para perdas	26	(2.679)	(4.207)	(2.205)	32.656
Despesas com vendas		(8.069)	(44.605)	(8.105)	(44.605)
Despesas operacionais		(12.454)	(13.779)	(12.456)	(13.779)
Despesas administrativas		(5.276)	(5.661)	(6.200)	(6.825)
Despesas tributárias		(794)	(867)	(794)	(867)
Despesas gerais e administrativas	26	(26.593)	(26.884)	(27.555)	(66.076)
Amortização e depreciação	12/13	(4.736)	(6.300)	(4.740)	(6.300)
Outras receitas		2.115	2.470	2.098	2.481
Outras Despesas		(16.121)	(15.195)	(24.085)	(15.197)
Outras receitas (Despesas)	27	(14.006)	(12.725)	(21.987)	(12.716)
Resultado antes das receitas (Despesas) financeiras líquidas e impostos		(51.318)	(48.441)	(21.639)	(13.780)
Resultado financeiro	28	54.212	56.411	24.402	21.750
Resultado de equivalência patrimonial	11	(131)	-	-	-
Resultado antes dos impostos		2.763	7.970	2.763	7.970
Imposto de renda e contribuição social - corrente	10	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido	10	(3.574)	(2.704)	(3.574)	(2.704)
		(3.574)	(2.704)	(3.574)	(2.704)
Lucro/ (Prejuízo) do exercício		(811)	5.266	(811)	5.266
Resultado por ação					
Prejuízo por quota - (158.458.108 quotas, em R\$)		0,0000051	(0,0000340)	0,0000051	(0,0000340)
Resultado por ação - diluído (em R\$)					



UP Brasil Administração e Serviços Ltda.

Demonstração dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
 (Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2024</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro/ (Prejuízo) do exercício	(811)	5.266	(811)	5.266
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	<u>(811)</u>	<u>5.266</u>	<u>(811)</u>	<u>5.266</u>



UP Brasil Administração e Serviços Ltda.**Demonstração das mutações do patrimônio líquido**
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>Capital social</u>	<u>Reservas de capital</u>	<u>Lucros (Prejuízos) acumulados</u>	<u>Patrimônio líquido atribuído aos controladores</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022		154.946	42.885	(136.561)	61.270	61.270
Aumento de capital	22	-	-	-	-	-
Lucro do exercício		-	-	5.266	5.266	5.266
Total de contribuições, distribuições e constituição de reservas		-	-	5.266	5.266	5.266
Saldo em 31 de dezembro de 2023		154.946	42.885	(131.295)	66.536	66.536
Aumento de capital	22	3.512	-	-	3.512	3.512
Prejuízo do exercício		-	-	(811)	(811)	(811)
Total de contribuições, distribuições e constituição de reservas		3.512	-	(811)	2.701	2.701
Saldo em 31 de dezembro de 2024		158.458	42.885	(132.106)	69.237	69.237



UP Brasil Administração e Serviços Ltda.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro/ (Prejuízo) do exercício	(811)	5.266	(812)	5.266
Ajustes para:				
Depreciação e amortização	4.736	6.300	4.749	6.300
Provisão para contingências	15.733	12.764	15.733	12.764
Equivalência patrimonial	131	-	-	-
Provisão para perdas esperadas	2.679	4.201	2.205	(32.656)
Provisões para contas a pagar	2.996	6.261	2.996	6.261
Resultado de variação cambial	94	(36)	94	(36)
Provisão para pagamento de PLR	1.456	1.272	1.456	1.272
Provisão de juros com partes relacionadas	436	678	436	678
Ganho ou perda na baixa de imobilizado	31	(2.205)	31	(2.205)
Perda na baixa de outros ativos	(1.334)	(76.044)	(1.334)	(38.022)
Crédito tributário	3.574	2.704	3.574	2.704
Ajustes sobre o prejuízo	30.532	(44.105)	29.940	(42.939)
Variações em:				
Ativos financeiros	(1.197)	(1.439)	(1.622)	(1.555)
Contas a receber de clientes	22.460	128.433	31.474	110.554
Fundos de investimentos em direitos creditórios	12.461	(36.003)	-	-
Outros créditos	(1.561)	(4.083)	(1.703)	(4.083)
Impostos a recuperar	(9.082)	3.246	(8.902)	3.246
Partes relacionadas	(5.899)	(9.009)	(5.691)	(9.009)
Fornecedores conveniados	(22.624)	9.915	(22.624)	9.915
Créditos não consumidos pelos usuários	(3.376)	7.145	(3.376)	7.145
Salários, provisões e encargos sociais	(1.678)	(1.583)	(1.659)	(1.583)
Impostos e contribuições a recolher	(52)	381	(51)	381
Pagamento de contingências	(11.412)	(7.593)	(11.412)	(7.593)
Outros débitos e valores	(8.619)	(15.786)	(8.787)	(15.692)
Garantia de Investimentos	1.012	1.270	1.012	1.270
Fluxo de caixa proveniente das (Utilizado nas) atividades operacionais	(29.567)	74.894	(33.341)	92.996
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Investimentos	(61)	-	-	-
Aquisição de imobilizado	(1.532)	(2.058)	(1.536)	(2.058)
Aquisição de intangível	(4.220)	(2.080)	(4.428)	(2.080)
Baixa / Alienação de imobilizado	11	9.423	11	9.423
Baixa / Alienação de intangível	(28)	(117)	(28)	(117)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	(5.830)	5.168	(5.981)	5.168
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Empréstimos e financiamentos	-	(10.608)	-	(10.608)
Recursos provenientes de aporte de capital de acionistas	3.512	-	3.512	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	3.512	(10.608)	3.512	(10.608)
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	(2.164)	30.615	(6.682)	49.882
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	67.224	36.609	93.132	43.250
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	65.060	67.224	86.450	93.132
Variação no caixa e equivalentes de caixa	(2.164)	30.615	(6.682)	49.882



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

1 Contexto operacional

A UP Brasil Administração e Serviços Ltda. (“Companhia”), situada no endereço Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.306, conjunto 51, sala 01, Jardim Paulistano, São Paulo, tem como principal objeto social a prestação de serviços na implantação, intermediação, administração e fiscalização de sistemas e/ou contratos de convênio de qualquer natureza, por meio de intermediação e fornecimento, às empresas clientes de cheques, cartões, vales e cupons, impressos em papel ou plástico, oriundos de tecnologia adequada, destinados à aquisição de refeições prontas ou gêneros alimentícios “in natura”, e combustível em estabelecimentos fornecedores de bens e serviços, como restaurantes, bares, hotéis, supermercados, livrarias, postos de gasolina entre outros, por seus funcionários.

A Companhia foi adquirida em 31 de maio de 2015 por meio da holding nacional CDHI Brasil Participações Ltda. (“CDHI”) da Up Groupe Internationale (antes Le Chèque Déjeuner) Companhia francesa, a qual é uma das três maiores empresas do mundo no setor de benefícios, para dar início às operações da UP Brasil. A UP Brasil opera, portanto, num contexto de empresa multinacional, seguindo orientações estratégicas do controlador UP Groupe na França.

Em 17 de janeiro de 2016 a Up Groupe Internationale criou a Up Groupe Invest Participações Ltda (holding) através da cessão integral de suas cotas da CDHI Brasil Participações Ltda. Em 18 de março de 2016, a Up Groupe Invest Participações Ltda. tornou-se acionista da FBR Soluções e Participações S.A. (“FBR”) ao ceder a integralidade de suas cotas da CDHI Brasil Participações Ltda. Dessa forma, a CDHI passou a ser controlada direta da FBR.

Em 01 de dezembro de 2024, a empresa FBR Soluções Participações S.A foi incorporada através da 45ª Alteração Societária pela empresa UP Groupe Invest Participações Ltda, transferindo todas suas quotas totalmente integralizadas. Com essa incorporação, a Companhia passou a ser controlada direta da UP Groupe Invest Participações Ltda.

Relação de entidades controladas e consolidadas

As práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme em todas as empresas consolidadas (veja política contábil na Nota Explicativa nº 4).

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Companhia e de sua coligada direta:

- 10% - I-Scaneo Administração de Despesas Ltda. - Direta

Incluem ainda o Fundo de Direito Creditório (FIDC) listado abaixo e cujo detalhamento está demonstrado na Nota Explicativa nº 7.

- FIDC Policard II do qual a Companhia é detentora de 100% das cotas em 2024 (100% em 2023).



2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade - Em relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 05 de maio de 2025.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentados na Nota Explicativa nº 3.

Em 2024 não foram identificadas alterações relevantes nos pronunciamentos contábeis que impactassem diretamente as demonstrações financeiras da Companhia. Durante o exercício presente, não houve alterações significativas no CPC que exigissem ajustes ou divulgações adicionais nas demonstrações financeiras. A Companhia continuou a cumprir integralmente todas as obrigações legais e regulatórias aplicáveis, mantendo-se em conformidade com as normas contábeis e fiscais em vigor.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas está de acordo com os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), os quais exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 6 - Contas a receber de clientes: mensuração da provisão para perdas esperadas dos recebíveis
- Nota Explicativa nº 10 - Imposto de renda e contribuição social diferidos: reconhecimento do ativo fiscal diferido
- Nota Explicativa nº 12 - Imobilizado: utilização de taxas de depreciação diferenciadas da taxa fiscal
- Nota Explicativa nº 13 - Intangível: utilização de taxas de amortização diferenciadas da taxa fiscal
- Nota Explicativa nº 17 - Contingências: mensuração do valor de provisão de contingências



- Nota Explicativa nº 29 - Gerenciamento de riscos: premissas da estimativa de valor justo dos instrumentos financeiros

d. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado e os empréstimos e recebíveis, reconhecidos nos balanços patrimoniais.

3 Sumário das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Base de consolidação

(i) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta aos — ou tem direito sobre os — retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. As políticas contábeis das controladas foram ajustadas para assegurar consistência às políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia consolida as demonstrações financeiras do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Policard II (“FIDC Policard II”), uma vez que este representa entidade de propósito específico, em que as atividades são conduzidas substancialmente em função das necessidades operacionais da Companhia.

No processo de consolidação do FIDC Policard II, foram realizadas, quando aplicável, eliminações de ativos e passivos, ganhos e perdas das operações entre a Companhia e os fundos.

(ii) Perda de controle

Quando da perda de controle, a Companhia desreconhece os ativos e os passivos da controlada, qualquer participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga subsidiária, então essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iii) Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas.

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.



Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação da Companhia no lucro ou no prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora os investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

(iv) *Transações eliminadas na consolidação*

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Instrumentos financeiros

Conforme o CPC 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro deve ser reconhecido de acordo com a estratégia de negócio, podendo ser: a custo amortizado; valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”); ou valor justo por meio de resultado (“VJR”). Não houve impactos relevantes notados para a classificação de Instrumentos Financeiros próprios em função da adoção do CPC 48.

Segundo o CPC 48, um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

Seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e mensurados pelo custo amortizado. A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos na categoria “Outros passivos financeiros”.

(i) *Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento*

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e os instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação.



A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou os passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, A Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - Mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso não atenda aos critérios de classificação de mensuração pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

As contas a receber são avaliadas pelo valor da prestação do serviço e inclui, também, créditos por serviços prestados e não faturados até a data do balanço.

A provisão para perdas estimadas é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

O cálculo do ajuste a valor presente não apresentou valores relevantes a serem contabilizados.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados nas obrigações de curto prazo.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - Mensuração

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

c. Provisão para perdas esperadas

A Companhia faz a análise de seus clientes e suas devidas movimentações e pagamentos, e registra provisão baseada em estimativas ponderadas pela probabilidade de não pagamento por



faixa de vencimento, consoante ao CPC 48, exceto nos casos em que exista acordo com os clientes.

Conforme facultado pelo CPC 48, a Companhia utiliza o expediente prático no cálculo da provisão para perdas esperadas, que é efetuado com base em estimativas ponderadas pela probabilidade de não pagamento por faixa de vencimento (*aging list*), segmentado pelas linhas de serviço da Companhia. Os valores de provisão registrados são a diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa esperados pela Companhia.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico deduzido de depreciação acumulada e de quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- Os custos de materiais e de mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessária para que esse seja capaz de operar da forma pretendida pela Administração; e
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, estas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Em 2023, em virtude da descontinuidade do produto “correspondente bancário”, a Companhia baixou o imobilizado registrado nas rubricas de “máquinas e equipamentos” e “terminais de pagamento – POS”, cujos bens estavam ligados diretamente a essa atividade. Os movimentos de baixa do imobilizado e suas respectivas depreciações estão evidenciados na nota explicativa nº 11.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente.

Os itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data de aquisição em que são instalados e estejam disponíveis para uso.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:



Bens	Vida útil (anos)
Edificações e Benfeitorias	De acordo com o contrato de locação
Equipamentos de informática e telefonia	03 – 10
Máquinas e Equipamentos	04 – 10
Móveis e utensílios	10
Veículos	05

Quando existentes, ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento.

e. Arrendamento mercantil

Quando existentes, os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo de empréstimos e financiamentos, pelo menor entre: valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato e o valor justo do ativo, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil-econômica estimada dos bens e a duração prevista do contrato de arrendamento. Os juros implícitos no passivo, reconhecidos de empréstimos e financiamentos, são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa efetiva de juros.

Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa numa base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que tais pagamentos não sejam feitos nessa base.

A Companhia adotou o CPC 06 (R2) - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2020. O pronunciamento apresenta um único modelo de arrendamento que consiste em reconhecer os arrendamentos com ativos identificados, com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais, inicialmente no ativo e passivo a valor presente e reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado.

f. Intangível

O intangível corresponde a ativos identificáveis sem substância física, os quais estão em poder da Companhia, possuem benefícios econômicos futuros previstos e retornos para serem usados em período superior a um ano. O reconhecimento inicial acontece quando há benefícios econômicos futuros prováveis e quando o custo pode ser mensurado de forma confiável.

Os ativos imobilizados e intangíveis devem ter o seu valor recuperável avaliado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Em 2024 não ocorreram eventos que indicassem perdas.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados com base na sua utilização efetiva ou em método que reflita o benefício econômico do ativo correspondente. A amortização é calculada sobre o valor de custo deste ativo intangível, ou sobre outro valor que substitua o valor de custo, menos o valor residual deste ativo intangível. A Companhia revisa anualmente as principais premissas, e alterações de vida útil e valor residual são tratados como mudanças de estimativa contábil.



Intangível

Sistemas e aplicativos
Carteira de clientes
Acordo de não competição

Vida Útil

5 a 7 anos
1 a 1,5 ano
7,5 a 9 anos

g. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de *impairment*.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou o atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou o emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida através do resultado.

Investidas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida reconhecida pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.



(ii) **Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

O valor recuperável de um ativo ou a UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos os custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

(iii) **Ativos imobilizados e intangíveis**

Os ativos imobilizados e intangíveis devem ter o seu valor recuperável avaliado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Como mencionado no item f. desta nota, em 2023 a Companhia realizou as baixas dos intangíveis “Marcas e Patentes” e “Relacionamento com Clientes” uma vez que não se identificam benefícios econômicos futuros nestes ativos.

h. Estoque

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis

i. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Quando a Companhia espera que parte ou toda provisão possa ser reembolsada, por exemplo, no âmbito de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando a expectativa de reembolso é praticamente certa.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 6:** Provisão para perdas esperadas
- **Nota 17:** Provisão para contingências

j. Provisões para contingências

As provisões para contingências, de quaisquer naturezas, são reavaliadas periodicamente pela Administração. As contingências de natureza judicial são avaliadas pelas possibilidades de êxito



da ação e a opinião de seus consultores jurídicos. Já as contingências para contrato oneroso são avaliadas pelo benefício econômico gerado em se cumprir determinado contrato. As contingências são registradas de acordo com o estabelecido no CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

As provisões para contingências em processos judiciais são constituídas sempre que a perda é avaliada como provável, o que ocasionaria a provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos são mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras e os classificados como de perda remota não são provisionados, nem divulgados.

k. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados, inclusive plano de participação nos resultados

A Companhia possui planos de benefícios a empregados incluindo assistência médica e assistência odontológica além de plano de participação nos resultados. São concedidos basicamente em bases mensais sendo reconhecidos contabilmente desta forma. Não existem benefícios pós-emprego, fundo de pensão ou outros benefícios que requeiram tratamento contábil específico.

l. Imposto de renda e contribuição social

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

A Companhia avaliou as alterações introduzidas pelo ICPC 22 que trata da incerteza sobre tratamento de tributos sobre o Lucro e concluiu que sua adoção não trará impactos significativos em relação à questionamentos por parte das autoridades fiscais e tributárias, visto que todas as adições e exclusões estão seguindo criteriosamente a legislação tributária que as rege. Sendo assim, considerou que é altamente provável que todas sejam aceitas.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:



- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e em empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível;
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

m. Reconhecimento de receitas

A Companhia adota o CPC 47 como base para reconhecimento de receita. Esta norma define uma estrutura extensiva para determinar quando e se uma receita será reconhecida, além de sua mensuração. O princípio fundamental do CPC 47 é o reconhecimento da receita quando as mercadorias ou serviços são transmitidos para o cliente, ao preço da transação. O momento de reconhecimento da receita de contratos com clientes, é quando um cliente obtém o controle dos bens ou serviços adquiridos.

O reconhecimento da receita de contratos com clientes, portanto, ocorre no momento em que o controle, os benefícios e direitos decorrentes da prestação do serviço fluem para os clientes, ou seja, na realização da transação.

Em nenhum dos contratos foi identificado componente significativo de financiamento.

Serviços prestados

As receitas relativas aos serviços são contabilizadas pelos valores definidos em contrato na data da prestação do serviço e se compõem de receita de manutenção, taxa de administração de convênio com estabelecimentos credenciados, aluguel, receita de captura de transação eletrônica, entre outras. Todos os serviços são faturados mensalmente. Os serviços prestados entre a data de faturamento e o final de cada mês são calculados e contabilizados como receita no mês da prestação do serviço.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização ou na mensuração de seu valor.



n. **Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras compreendem juros sobre receitas em investimentos realizados pela Companhia (incluindo aplicações financeiras em fundo de investimentos em direitos creditórios), ajustes ao valor presente de ativos financeiros e alterações no valor justo de ativos financeiros avaliados a valor justo através do resultado.

Despesas financeiras compreendem despesas com juros de empréstimos e financiamentos, atualizações monetárias de tributos parcelados e provisões para contingências e alterações no valor justo de ativos financeiros ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado do exercício, de acordo com o regime de competência.

4 **Caixa e equivalentes de caixa**

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e bancos	4.855	16.770	4.857	16.776
Aplicações financeiras	<u>60.205</u>	<u>50.454</u>	<u>81.593</u>	<u>76.356</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>65.060</u>	<u>67.224</u>	<u>86.450</u>	<u>93.132</u>

As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor se resgatadas antes do vencimento. As aplicações financeiras referem-se à aplicação automática, operações compromissadas de debêntures e CDBs, mantendo-se indexadas nas faixas de 89 % a 101% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 2024 (89% a 101% em 2023). As aplicações são realizadas com instituições de primeira linha para minimizar o risco de crédito, política essa adotada pela Companhia no gerenciamento desses ativos financeiros. A exposição a riscos em ativos financeiros está divulgada na Nota Explicativa nº 29.

5 **Ativos financeiros**

Apresentamos, abaixo, a composição das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Aplicação em títulos privados (i)	1.723	1.536	1.723	1.536
Aplicação em títulos públicos (ii)	-	-	1.420	995
Aplicações em fundos de investimento restrito (iii)	<u>14.116</u>	<u>13.106</u>	<u>14.116</u>	<u>13.106</u>
	<u>15.839</u>	<u>14.642</u>	<u>17.259</u>	<u>15.637</u>

- (i) Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são representados por CDBs que remuneravam entre 89 % e 101 % do DI.
- (ii) Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é representado por títulos do Tesouro Nacional.
- (iii) Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 refere-se a cotas de fundo de investimentos que tem por objetivo acompanhar a variação da Selic investindo no mínimo 95% de sua carteira em cotas do BNP Paribas Master Cash DI FI Referenciado, que investe, exclusivamente, em títulos públicos federais de emissão do Tesouro Nacional ou do Banco Central do Brasil, pré-fixados ou indexados à variação do DI ou ainda por operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais. Aplicação realizada para cumprir exigências da garantia financeira descrita na nota explicativa 20.



6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes referem-se a recebíveis dos produtos da Companhia, sendo benefícios como: alimentação, refeição, combustível, vale transporte, convênio entre outros.

A composição por idade dos valores a receber está apresentada a seguir:

	Controladora					
	2024			2023		
	Carteira	Provisão	Saldo Líquido	Carteira	Provisão	Saldo Líquido
Vendas a faturar (i)	2.685	-	2.685	13.353	-	13.353
A vencer	38.964	(528)	38.436	78.653	(932)	77.721
Vencidos						
Até 30 dias	5.573	(94)	5.479	6.779	(435)	6.344
De 31 a 60 dias	2.652	(273)	2.379	1.581	(596)	985
De 61 a 90 dias	2.423	(112)	2.311	627	(330)	297
De 91 a 120 dias	1.778	(132)	1.646	753	(577)	176
De 121 a 150 dias	230	(100)	130	690	(581)	109
De 151 a 180 dias	237	(119)	118	493	(432)	61
Acima de 180 dias	82.489	(54.289)	28.200	55.230	(49.087)	6.143
	137.031	(55.647)	81.384	158.159	(52.970)	105.189

- (i) Refere-se aos créditos liberados nos cartões dos usuários no último dia do ano e cujo faturamento ocorre após a devida confirmação do pagamento em conta bancária UP. As receitas advindas desses pedidos foram devidamente registradas em cada exercício correspondente conforme mencionado na nota 3(m).

	Consolidado					
	2024			2023		
	Carteira	Provisão	Saldo Líquido	Carteira	Provisão	Saldo Líquido
Vendas a faturar	2.685	-	2.685	13.353	-	13.353
A vencer	106.145	(529)	105.616	149.208	(932)	148.276
Vencidos						
Até 30 dias	9.153	(97)	9.056	10.893	(479)	10.414
De 31 a 60 dias	4.085	(3.790)	295	3.265	(1.560)	1.705
De 61 a 90 dias	2.596	(200)	2.396	918	(383)	535
De 91 a 120 dias	1.937	(293)	1.644	1.054	(647)	407
De 121 a 150 dias	382	(236)	146	985	(658)	327
De 151 a 180 dias	393	(296)	97	759	(459)	300
Acima de 180 dias	105.696	(78.912)	26.784	82.778	(77.031)	5.747
	233.072	(84.354)	148.719	263.213	(82.149)	181.064

A movimentação da provisão para perdas esperadas está apresentada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(86.790)	(114.805)
(+) Adições	(7.168)	(7.168)
(-) Reversões	2.962	1.796
(-) Baixas para prejuízo (perdas) (i)	38.028	38.028
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(52.968)	(82.149)
(+) Adições	(5.330)	(5.330)
(-) Reversões	1.317	1.791
(-) Baixas para prejuízo (perdas) (i)	1.334	1.334
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(55.647)	(84.354)

- (i) A Companhia realizou estudo minucioso sobre as contas a receber junto a empresa terceira de cobrança e identificou títulos incobráveis. Esses títulos foram baixados pela Companhia para perdas, visto a impossibilidade de recebimento. O impacto em resultado foi nulo pois as operações já estavam provisionadas.



A exposição da Companhia a riscos de crédito moeda e perdas esperadas, relacionados ao contas a receber de clientes e a outras contas, está divulgada na Nota Explicativa nº 29.

7 Cotas em fundos de investimentos em direitos creditórios

	Controladora	
	2024	2023
FIDC Policard II	<u>90.113</u>	<u>102.574</u>
	<u>90.113</u>	<u>102.574</u>

FIDC Policard II (“FIDC II”)

O FIDC Policard II foi constituído em 23 de dezembro de 2011 e iniciou suas atividades em 29 de dezembro de 2011, sob a forma de condomínio fechado, com prazo indeterminado de duração. O objetivo do FIDC II é a aplicação em fundos de direitos creditórios provenientes da carteira de titularidade da Companhia contra os devedores pelo uso de cartões para saque e aquisição de produtos e serviços, cujo pagamento é realizado por meio de desconto em benefícios ou em folha de pagamento, por entidades da Federação, tais como União, Distrito Federal, Estados e Municípios, incluindo membros das administrações pública direta ou indireta.

O FIDC II destina-se, especificamente, a receber aplicações de investidores qualificados, nos termos da Instrução CVM nº 356/2001. A Administração e custódia da carteira do FIDC II é realizada pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., e gerida pela ASK Gestora de Recursos S.A., e a cobrança realizada pela própria UP. Os investimentos no FIDC II não são garantidos pela Administradora, pelo cedente nem por mecanismo de seguro, tampouco pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC). Os cotistas do FIDC II estão expostos à possibilidade de serem chamados a aportar recursos nas situações em que o patrimônio líquido do fundo se torne negativo.

A estrutura de patrimônio do FIDC II, em 31 de dezembro de 2024, é composta de 6.616 mil (6.626 mil em 2023) quotas subordinadas juniores de titularidade da Companhia, no montante de R\$ 90.113 (R\$ 102.574 em 2023), representativas de 100% (100% em 2023) do patrimônio do FIDC II.

A Companhia atua indiretamente como agente de recebimento dos títulos, mantendo o gerenciamento contínuo da carteira após sua transferência para o FIDC II. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as contas patrimoniais do fundo eram assim compostas:

	2024	2023
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa (i)	22.807	26.903
Contas a receber	67.333	75.876
Outros créditos	<u>142</u>	<u>-</u>
	<u>90.282</u>	<u>102.779</u>
Passivo		
Taxas de administração e gestão a pagar	169	205
Patrimônio líquido	<u>90.113</u>	<u>102.574</u>
	<u>90.282</u>	<u>102.779</u>

(i) Diminuição em cotas de fundos de investimento no FIDC II.



A controladora UP Brasil faz cessões de títulos ao fundo de forma periódica, na modalidade de cessão integral de riscos e benefícios, e, conseqüentemente, transfere seus direitos creditórios ao fundo. Abaixo seguem os saldos cedidos ao FIDC II em 2024 e 2023:

	Controladora	
	2024	2023
Cessões ao FIDC II	23.898	44.200

8 Impostos e contribuições a recuperar

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos de impostos a recuperar estavam compostos conforme quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Ativo Circulante				
IRRF a recuperar	109	111	109	111
CSLL a compensar	5	2	5	2
IRPJ a compensar (i)	7.837	1.422	7.837	1.422
PIS e Cofins a compensar	723	-	723	-
INSS a recuperar	1.763	-	1.763	-
Outros impostos	180	-	-	-
	<u>10.617</u>	<u>1.535</u>	<u>10.437</u>	<u>1.535</u>

(i) Em 2024 refere-se ao IR proveniente do resgate de cotas do fundo FIDC Policard II.

9 Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Ativo Circulante				
Valores a receber de terceiros	1.085	904	1.085	904
Adiantamentos de comissões aos representantes	117	485	117	485
Depósito / Bloqueio judicial (i)	12.238	12.870	12.238	12.870
Prêmios de seguros a apropriar	3.267	1.079	3.267	1.079
Adiantamento a fornecedores (ii)	3.670	3.440	3.671	3.440
Adiantamento a funcionários	140	165	140	165
Adiantamento CCB Eletrônica	-	14	-	14
Outros	21	20	162	20
	<u>20.538</u>	<u>18.977</u>	<u>20.680</u>	<u>18.977</u>

(i) R\$ 7.873 referem-se a valores de PIS/COFINS de receitas financeiras depositados judicialmente, cujo processo está classificado como provável perda e, portanto, contingenciado (ver nota explicativa 17). Os demais valores são depósitos trabalhistas, cíveis e bloqueios judiciais ligados a processos cujo prognóstico não exige contingenciamento ou menção.

(ii) Em 2024 e 2023, refere-se a valores adiantados a fornecedores diversos cujo faturamento se dará posteriormente.



10 Imposto de renda e contribuição social

	2024		2023
Apuração lucro real		Apuração lucro real	
Lucro antes IR/CS	2.763	Prejuízo antes IR/CS	7.970
Adições - despesas indedutíveis	21.784	Adições-despesas indedutíveis	20.719
PLR	1.456	PLR	1.272
Contingências	21.125	Contingências	15.650
Equivalência patrimonial	131	Equivalência patrimonial	-
Demais adições	(929)	Demais adições	3.797
Exclusões - Provisões	(36.856)	Exclusões - Provisões	(34.587)
PLR	(1.272)	PLR	(1.010)
PDD	-	PDD	(4.428)
Contingências	(16.804)	Contingências	(11.052)
Amortização diferido sobre ágio	(10.511)	Amortização diferido sobre ágio	(10.511)
Amortização bens intangíveis	(5.034)	Amortização bens intangíveis	(5.034)
Demais exclusões	(3.234)	Demais exclusões	(2.552)
Prejuízo Fiscal	(12.309)	Prejuízo Fiscal	(5.898)
Imposto de renda corrente	-	Imposto de renda corrente	-
Imposto de renda diferido	(3.574)	Imposto de renda diferido	(2.704)
Total	(3.574)	Total	(2.704)

Em 31 de dezembro de 2024 o crédito tributário foi registrado para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis no valor de R\$ 3.574 (R\$ 2.704 em 2023) referente ao aproveitamento do diferido sobre o ágio da incorporada CDHI (i).

Movimentação do crédito tributário

Saldo em 31 de dezembro de 2022	44.973
Constituição referente diferenças temporárias de 2023	870
Amortização Fiscal Ágio (i)	<u>(3.574)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	42.269
Amortização Fiscal Ágio (i)	<u>(3.574)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	38.695

- (i) Amortização fiscal do ágio reconhecido na Companhia a partir de dezembro/2019 devido à incorporação reversa da CDHI Brasil Participações Ltda. A Companhia amortizará o valor ao longo de 12 anos (R\$ 3.574 ao ano), sendo o período de 7 anos remanescentes em 31 de dezembro de 2024.

A Administração apresentou Estudo técnico de realização do ativo fiscal diferido elaborado por consultores externos, que consideraram todos os aspectos relevantes do CPC 32 além de análise aprofundada do planejamento orçamentário da Companhia. A opinião do estudo ratifica a expectativa da Companhia de apresentar lucro fiscal suficiente para realização integral do crédito tributário reconhecido sendo:



Diferido sobre	Compensação em	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	Total
Ágio	7 anos	3.574	3.574	3.574	3.574	3.574	3.574	3.275	24.719
Diferenças temporárias	4 anos	3.731	2.528	2.528	1.979	-	-	-	10.766
Prejuízos fiscais	6 anos	-	-	-	-	1.344	1.866	-	3.210
									38.695

A Companhia, juntamente com suas controladoras, passou por um processo de reestruturação societária no qual algumas incorporações ocorreram até 2020. Nesse sentido, de acordo com cada etapa dessa reestruturação e da sinergia operacional já percebida com a simplificação e padronização dos processos, há expectativa de lucro fiscal que possibilitará o aproveitamento dos créditos tributários constituídos.

A companhia possui, ainda, créditos tributários não constituídos, decorrentes de prejuízos fiscais, que serão reconhecidos à medida que a Companhia apresentar lucro tributável suficiente para compensação.

Nos exercícios findos em 2024 e 2023, o regime de tributação adotado pela Companhia foi o lucro real anual.

11 Investimentos

Em dezembro de 2024, a Companhia passou a investir na sociedade coligada I-Scaneo Administração de Despesas, Ltda., constituída em 2021 pela Up Groupe Invest Participações Ltda.

2024	
I-Scaneo Administração de Despesas Ltda.	
Capital social	4.961
Prejuízos acumulados	(1.615)
Prejuízo do exercício	(4.044)
Patrimônio líquido	(698)
Ações / Quotas possuídas	500.000 ações
Percentual de participação	10,08%
Valor contábil do investimento em 31 de dezembro de 2024 (i)	(70)
Capital investido	500
Resultado de equivalência patrimonial	(131)
Perda com investimentos (ii)	(439)

- (i) Valor reclassificado para a conta de outros débitos e valores no balanço patrimonial relacionadas ao ajuste de participação na I-Scaneo.
- (ii) Perdas relacionadas à participação de 10,08% no PL da investida.



12 Imobilizado

A composição e a movimentação do ativo imobilizado estão representadas conforme a seguir:

Controladora	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Benefícios em propr. Terceiros	Veículos	Terminais eletrônicos - POS	Direito de uso (i)	Total
Custo								
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.252	423	921	235	838	5.118	862	11.649
Adições	245	8	92	-	188	-	1.525	2.058
Reclassificação	11	-	(8)	(1)	-	-	-	2
Baixas	(2.528)	-	(11)	2	(109)	(4.051)	-	(6.697)
Depreciação no exercício	(712)	(89)	(307)	(220)	(232)	(1.067)	(1.210)	(3.837)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	268	342	687	16	685	-	1.177	3.175
Adições	145	3	144	-	277	-	963	1.532
Ajustes	-	-	22	-	-	-	-	22
Baixas	-	(1)	(23)	-	(40)	-	-	(64)
Depreciação no exercício	(91)	(84)	(276)	(16)	(232)	-	(1.378)	(2.077)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	322	260	554	-	690	-	762	2.588
Consolidado								
	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Benefícios em propr. Terceiros	Veículos	Terminais eletrônicos - POS	Direito de uso (i)	Total
Custo								
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.252	423	921	235	838	5.118	862	11.649
Adições	245	8	92	-	188	-	1.525	2.058
Reclassificação	11	-	(8)	(1)	-	-	-	2
Baixas	(2.528)	-	(11)	2	(109)	(4.051)	-	(6.697)
Depreciação no exercício	(712)	(89)	(307)	(220)	(232)	(1.067)	(1.210)	(3.837)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	268	342	687	16	685	-	1.177	3.175
Adições	146	4	145	1	277	-	963	1.536
Ajustes	-	-	22	-	-	-	-	22
Baixas	-	(1)	(23)	-	(40)	-	-	(64)
Depreciação no exercício	(91)	(84)	(276)	(16)	(232)	-	(1.378)	(2.077)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	323	261	555	1	690	-	762	2.592

(i) Refere-se aos contratos de aluguel submetidos à aplicação da norma CPC06 (R2) a partir de 2020.



Garantias

A Companhia não possui bens dados em garantia para as operações de financiamentos nas modalidades *Leasing*, *CDC* e *FINAME*.

13 Intangível

A composição e a movimentação do ativo intangível estão representadas conforme a seguir:

Controladora	Sistemas e Aplicativos	Software em andamento (i)	Acordo de não competição (ii)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.114	2.984	398	8.496
Aquisição	-	2.080	-	2.080
Reclassificação	2.839	(3.099)	-	(260)
Baixas	-	(145)	-	(145)
Amortização	(2.129)	-	(336)	(2.465)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.824	1.820	62	7.706
Aquisição	-	4.220	-	4.220
Reclassificação	3.329	(3.329)	-	-
Ajustes	28	-	-	28
Amortização	(2.597)	-	(62)	(2.659)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.584	2.711	-	9.295
Consolidado	Sistemas e Aplicativos	Software em andamento (i)	Acordo de não competição (ii)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.114	2.984	398	8.496
Aquisição	-	2.080	-	2.080
Reclassificação	2.839	(3.099)	-	(260)
Baixas	-	(145)	-	(145)
Amortização	(2.129)	-	(336)	(2.465)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.824	1.820	62	7.706
Aquisição	192	4.236	-	4.428
Reclassificação	3.329	(3.329)	-	-
Ajustes	28	-	-	28
Amortização	(2.609)	-	(62)	(2.671)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.764	2.727	-	9.491

- (i) Refere-se a projetos de melhoria do ambiente tecnológico da Companhia, incluindo automação e inovação, além de investimento em melhoria dos nossos aplicativos;
- (ii) Intangíveis incorporados da CDHI Brasil Participações Ltda. referentes aos ativos identificados nas aquisições das ex-controladas Planinvesti Participações Ltda e Empório Card Ltda, ambas já incorporadas pela UP Brasil Adm e Serviços Ltda em 2019, e alocados conforme estudo elaborado com base no CPC 15.



A Companhia efetua anualmente o teste de redução ao valor recuperável para os ativos intangíveis. Em 2024 e 2023 não ocorreram eventos que indicassem perda.

14 Fornecedores conveniados

O saldo de fornecedores conveniados refere-se ao valor devido à rede credenciada de estabelecimentos comerciais, relativo aos cartões apresentados para reembolso, cujo pagamento é realizado no prazo contratual, deduzido da receita esperada.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fornecedores conveniados	<u>124.261</u>	<u>146.885</u>	<u>124.261</u>	<u>146.885</u>
Total de fornecedores a pagar - Circulante	<u>124.261</u>	<u>146.885</u>	<u>124.261</u>	<u>146.885</u>

15 Créditos não consumidos pelos usuários

Créditos não consumidos pelos usuários referem-se ao valor de emissão dos cartões colocados em circulação e ainda não apresentados para reembolso pelos estabelecimentos comerciais credenciados.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) (i)	54.669	54.391	54.669	54.391
Cartão Premiação	4.747	5.099	4.747	5.099
Cartão Convênio	1.304	-	1.304	-
Cartão Presente	974	959	974	959
Cartão Combustível	926	808	926	808
Cartão Viagem	501	554	501	554
Cartão Natal	654	437	654	437
Outros (ii)	<u>3.808</u>	<u>8.711</u>	<u>3.808</u>	<u>8.711</u>
	<u>67.583</u>	<u>70.959</u>	<u>67.583</u>	<u>70.959</u>

- (i) Refere-se aos valores recebidos de clientes e destinados ao consumo dos usuários do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) na rede de estabelecimentos credenciados.
- (ii) Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 refere-se a créditos disponibilizados para clientes pré-pagos cujo faturamento se dá no início do exercício seguinte.

16 Salários, provisões e encargos sociais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os salários, provisões e encargos sociais estavam assim representadas:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Salários e ordenados	-	16	-	16
Encargos sociais sobre salários e ordenados	1.360	1.718	1.366	1.718
Férias e encargos sociais	<u>4.910</u>	<u>4.758</u>	<u>4.921</u>	<u>4.758</u>
	<u>6.270</u>	<u>6.492</u>	<u>6.287</u>	<u>6.492</u>



17 Contingências

A Companhia possui processos de naturezas cível, trabalhista e tributário, todos em razão do curso normal das operações. Veja política contábil na nota 3 (j). A Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingência, em que considera suficiente para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso, como segue:

	2023	Constituição	Baixa	Reversão	2024
Trabalhistas	414	156	(90)	(191)	289
Cíveis (i)	24.070	20.694	(11.322)	(5.727)	27.715
Tributárias (ii)	9.591	803	-	(2)	10.392
	<u>34.075</u>	<u>21.653</u>	<u>(11.412)</u>	<u>(5.920)</u>	<u>38.396</u>

- (i) O aumento no saldo de processos cíveis contingenciados se deve à crescente relacionada aos litígios do Produto saque, em decorrência da quantidade de novos processos, bem como alteração de prognóstico de perda para os já existentes, face aos desfechos desfavoráveis de processos semelhantes ao longo do exercício de 2023 e 2024.
- (ii) Referem-se a processos tributários, sendo R\$ 7.873 relacionados a PIS/Cofins sobre receitas financeiras depositados judicialmente e suas atualizações, visto que o processo judicial se encontra ativo e R\$ 2.921 relacionados ao processo de ISS de São Paulo (obrigações acessórias), sendo que conforme acordo de compra e venda parte do valor (R\$ 524) é de responsabilidade dos antigos acionistas.

Processos judiciais não provisionados

A Companhia possui processos judiciais de naturezas trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, para os quais não há provisão constituída. O montante classificado como possível em 2024 monta R\$ 19.440 referente a processos cíveis (R\$ 11.738 em 2023), R\$ 370 (R\$ 292 em 2023) referente a processos trabalhistas e R\$ 490 (R\$ 9.591 em 2023) referente a processos fiscais.

Além disso, a Companhia possui processo judicial ativo contra a Prefeitura de São Paulo relacionado a 4 autos de infração recebidos em 2019 cujas discussões se deram inicialmente na esfera administrativa. O processo tem valor de causa estimado em R\$ 53.724 e tem prognóstico de possível êxito. Dada a relevância dos valores envolvidos, abaixo relatamos a movimentação:

- abril/2022 - foi protocolado o “procedimento cautelar” com liminar, dando inicial à fase judicial;
- junho/2022 - protocolou-se a emenda à inicial (Ação principal);
- outubro/2022 - o cartório certificou a intempestividade da contestação da PMSP juntada nos autos da Anulatória;
- novembro/2022 - a Up peticionou requerendo o julgamento antecipado da lide ante a Revelia da PMSP;
- dezembro/2022 - o juiz encerrou a fase instrutória (não houve interesse das partes em novas provas) e abriu prazo para alegações finais. A PMSP em virtude da perda do prazo de contestação já havia se antecipado e apresentou-a em dezembro/22, e a UP apresentou as alegações finais em janeiro/2023;
- em 2023 o juiz se manifestou com pedido de perícia;
- em 2024 houve a nomeação do perito e levantamento das documentações solicitadas por ele, de maneira que encerramos o exercício no aguardo do parecer pericial.



A Companhia também possui causas cíveis ativas no montante de R\$ 14.486 (R\$ 14.226 em 2023) cuja probabilidade de ganho é considerada como provável pelos seus assessores jurídicos. A Companhia não reconhece ativos contingentes até decisão final e definitiva dos tribunais.

A Companhia constituiu garantia financeira em processos cuja motivação é anterior à administração da Companhia UP.

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Ações judiciais fiscais	524	524
	<u>524</u>	<u>524</u>
Ativo não circulante (i)	524	524

- (i) Refere-se à parte atribuída aos sócios egressos da Companhia por se tratar de causas cuja motivação é anterior à administração do Grupo UP. O montante de R\$ 524 (R\$ 524 em 2023) refere-se a causas fiscais e foi registrado no ativo circulante em conta de Garantia Financeira e não impacta o resultado da Companhia.

18 Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
ISS a recolher	160	147	160	147
PIS a recolher	60	98	60	98
COFINS a recolher	277	452	277	452
ICMS a recolher	-	3	-	3
PIS s/ receita financeira	86	87	86	87
COFINS s/ receita financeira	537	540	537	540
IRRF retido a recolher	167	20	167	20
PCC retido a recolher	78	70	79	70
IRRF - Auto retenção	13	13	13	13
Total Impostos e contribuições a recolher	<u>1.378</u>	<u>1.430</u>	<u>1.379</u>	<u>1.430</u>

19 Outros débitos e valores

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Contas a pagar - suprimentos	2.387	2.702	2.434	2.702
Provisão de contas a pagar (i)	2.996	6.261	2.996	6.261
Repasse de comissão – seguros	1.170	1.005	1.170	1.005
Repasse de comissão – multibenefícios	90	6	90	6
Arrendamentos (ii)	808	1.198	808	1.198
Créditos de saque a ceder (iii)	4.699	4.919	4.699	4.919
Outros credores diversos	2.101	3.713	2.022	3.917
Total Impostos e contribuições a recolher	<u>14.251</u>	<u>19.804</u>	<u>14.219</u>	<u>20.008</u>

- (i) Refere-se a saldos a pagar para fornecedores diversos provisionados conforme período de competência.
- (ii) Refere-se aos contratos de aluguel submetidos à aplicação da norma CPC06 (R2).
- (iii) Refere-se a títulos do Produto Saque que serão cedidas ao FIDC (Fundo de direitos creditórios) no próximo exercício.



20 Garantia de investimentos

Conforme contrato de compra e venda celebrado entre a incorporada CDHI e os vendedores da Planinvesti Participações Ltda., as partes se comprometeram a manter aplicado em fundo de investimentos parte do valor de aquisição como garantia de obrigações assumidas pelos vendedores. O saldo da garantia para a Planinvesti Participações Ltda. em 2024 era de R\$ 14.135 (R\$ 13.123 em 2023) e a movimentação ocorrida na Companhia, incorporadora da CDHI está detalhada abaixo.

Saldo em 31 de dezembro de 2023	13.123
Resgate	(368)
Rendimentos	1.380
Saldo em 31 de dezembro de 2024	14.135

21 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 2024 e 2023, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e as suas relacionadas, para os respectivos tipos de operações:

a. Transações e saldos

Controladora	2024				2023			
	Ativo	(Passivo)	Receita	(Despesa)	Ativo	(Passivo)	Receita	(Despesa)
Cost Sharing (i)								
FBR Soluções e Participações S.A. (controladora direta)	-	-	-	-	-	(8)	-	(8)
I-Scaneo Adm. Despesas Ltda. (controlada direta e indireta)	1.859	-	681	-	-	-	-	-
Up Groupe Invest Participações Ltda. (controladora indireta)	-	(110)	-	(1.758)	-	(107)	-	(2.202)
Royalties (ii)								
Up Groupe Invest Participações Ltda. (controladora indireta)	-	(111)	-	(1.145)	-	(124)	-	(1.316)
Mútuo (iii)								
UP Groupe Invest Participações Ltda. (controladora indireta)	-	-	-	(156)	-	(3.356)	-	(162)
C.D Holding Internacionale AS. (controladora indireta)	-	-	-	(280)	-	-	-	(516)
Consultoria Franca (iv)								
C.D Holding Internacionale AS. (controladora indireta)	-	(780)	-	(3.435)	-	(915)	-	(3.950)
Garantias (v)								
Sócios egressos (nota explicativa 20)	524	(14.135)	-	-	524	(13.123)	-	-
Circulante	1.859	(1.001)	-	-	-	(1.154)	-	-
Não circulante	524	(14.135)	-	-	524	(3.356)	-	-



Consolidado	2024				2023			
	Ativo	(Passivo)	Receita	(Despesa)	Ativo	(Passivo)	Receita	(Despesa)
Cost Sharing (i)								
FBR Soluções e Participações S.A. (controladora direta)	-	-	-	-	-	(8)	-	(8)
I-Scaneo Adm. Despesas Ltda. (controlada direta e indireta)	1.671	-	681	-	-	-	-	-
Up Groupe Invest Participações Ltda. (controladora indireta)	-	(130)	-	(1.758)	-	(107)	-	(2.202)
Royalties (ii)								
Up Groupe Invest Participações Ltda. (controladora indireta)	-	(111)	-	(1.145)	-	(124)	-	(1.316)
Mútuo (iii)								
UP Groupe Invest Participações Ltda. (controladora indireta)	-	-	-	(156)	-	(3.356)	-	(162)
C.D Holding Internationale AS. (controladora indireta)	-	-	-	(280)	-	-	-	(516)
Consultoria Franca (iv)								
C.D Holding Internationale AS. (controladora indireta)	-	(780)	-	(3.435)	-	(915)	-	(3.950)
Garantias (v)								
Sócios egressos (nota explicativa 20)	524	(14.135)	-	-	524	(13.123)	-	-
Circulante	1.671	(1.021)	-	-	-	(1.154)	-	-
Não circulante	524	(14.135)	-	-	524	(3.356)	-	-

- (i) Em setembro de 2016 foi celebrado o contrato de cost sharing, o qual refere-se ao rateio das despesas operacionais da controladora FBR Soluções Participações S.A. entre a empresa operacional da Companhia UP Brasil. Em janeiro de 2019 foi celebrado contrato de rateio (cost sharing) entre a UP Groupe Invest e a UP Brasil. Em dezembro de 2024 foi celebrado contrato de rateio entre a I-Scaneo e a UP Brasil.
- (ii) Contrato de royalties com a empresa Up Groupe Invest Participações Ltda.
- (iii) Contrato de mútuo entre Up Groupe e UP Brasil à taxa de 5% ao ano cujo valor atualizado em 01/12/2024 era de R\$ 3.512 e que foi totalmente liquidado através da integralização de capital da Up Groupe na UP Brasil (vide nota explicativa 22). Em novembro de 2021 foi firmado novo contrato de mútuo com a CD Holding Internationale com taxa 12% ao ano, que foi liquidado em novembro de 2023.
- (iv) Em janeiro de 2017 foi firmado contrato de consultoria e gestão com a C.D Holding Internationale SAS.
- (v) O saldo de ativo, refere-se à parte atribuída aos sócios egressos da Companhia por se tratar de causas judiciais cuja motivação é anterior à administração da Companhia. No passivo, conforme contrato de compra e venda celebrado entre a CDHI Brasil Participações Ltda. e os vendedores da Planinvesti Participações Ltda., as partes se comprometeram a manter aplicado em fundo de investimentos parte do valor de aquisição como garantia de obrigações assumidas pelos vendedores.

b. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os representantes legais dos acionistas os diretores e os gerentes. A Companhia é administrada pelas holdings e seus administradores são pagos através de rateio de despesas (cost-sharing). Já os gerentes e diretores que não estão alocados nas holdings foram remunerados pela Companhia no montante de R\$ 7.050 (R\$ 6.924 em 2023).

c. Benefício a empregados

A Companhia não possui plano de benefício pós-emprego (previdência complementar) e concede aos seus funcionários os benefícios mínimos garantidos pela CLT e pelos acordos coletivos firmados com os sindicatos, tais como: seguro-saúde, assistência odontológica, seguro de vida, participação nos resultados, etc.

22 Patrimônio líquido

a. Capital social



Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia era composto conforme quadro abaixo:

<u>Participação acionária</u>			
	País	Participação	Valor (em R\$)
FBR Soluções Participações Ltda.	Brasil	100%	<u>154.945.921</u>
			154.945.921

Em 01 dezembro de 2024, através da 45ª Alteração contratual, a empresa FBR Soluções Participações Ltda foi incorporada pela sua controladora direta, UP Groupe Invest Participações Ltda, assumindo todos os elementos ativos e passivos do patrimônio da FBR que foi extinta. Em decorrência da incorporação a UP Groupe Invest Participações Ltda. passou a ser a controladora direta da Companhia.

Ademais, a sócia decidiu aumentar o capital social da Companhia mediante capitalização de crédito devido por esta decorrente de contrato de mútuo celebrado com a UP Brasil em 17.12.2021 e cujo valor total atualizado, incluindo principal e juros, até 30.11.2024, era de R\$ 3.512.187,00 (três milhões, quinhentos e doze mil, cento e oitenta e sete reais) convertidos em novas quotas, todas idênticas no valor de R\$ 1.00 (um real) cada.

Dessa forma, em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia é composto:

<u>Participação acionária</u>			
	País	Participação	Valor (em R\$)
Up Groupe Invest Participações Ltda.	Brasil	100%	<u>158.458.108</u>
			158.458.108

b. Dividendos

Conforme estabelecido no Contrato Social da Companhia, os lucros devem ser destinados segundo decisão dos sócios, de forma proporcional às suas participações no Capital Social da Companhia. Em 2024, a Companhia não distribuiu dividendos pois não apresentou lucro e em 2023, apesar de ter obtido lucro anual, optou pela não distribuição visto que ainda apresentava saldo de prejuízos acumulados a compensar.

23 Receita operacional

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2024	2023	2024	2023
Receita bruta de serviços	<u>91.726</u>	<u>110.786</u>	<u>129.897</u>	<u>147.767</u>
(-) Impostos e deduções sobre serviços:				
Descontos incondicionais concedidos (i)	(8.653)	(17.341)	(8.653)	(17.341)
ISS	(1.833)	(2.149)	(1.833)	(2.149)
PIS	(1.340)	(1.507)	(1.340)	(1.507)
COFINS	<u>(6.172)</u>	<u>(6.940)</u>	<u>(6.172)</u>	<u>(6.940)</u>
Receita líquida de serviços	<u>73.728</u>	<u>82.849</u>	<u>111.899</u>	<u>119.830</u>

- (i) Diminuição expressiva na linha de descontos incondicionais concedidos devido à nova Lei do PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador) publicada em agosto de 2023 que proibiu a cobrança de taxa negativa.



24 Custos dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Estrutura de Concessionárias	(10.700)	(9.117)	(10.700)	(9.117)
Links e comunicação com POS	(3.044)	(6.348)	(3.044)	(6.348)
Infraestrutura de Tecnologia	(2.089)	(1.852)	(2.089)	(1.852)
Aluguel CPTM	(3.917)	(4.260)	(3.917)	(4.260)
Data Center	(1.635)	(2.521)	(1.635)	(2.521)
Fidelização de clientes (i)	(6.205)	(1.648)	(6.205)	(1.648)
Impressos	(207)	(175)	(207)	(175)
Confecção de cartão	(1.728)	(1.070)	(1.728)	(1.070)
Manutenção de POS	-	(1.448)	-	(1.448)
Telefonia	(98)	(133)	(98)	(133)
Tarifa de serviços - Banco 24 Horas	(78)	(539)	(78)	(539)
Ente Consignante	(766)	(283)	(766)	(283)
Credenciamentos	(336)	(1.124)	(336)	(1.124)
Seguro/Fiança	(673)	(971)	(673)	(971)
Outros custos	(3.098)	(4.236)	(3.098)	(4.236)
	<u>(34.574)</u>	<u>(35.725)</u>	<u>(34.574)</u>	<u>(35.725)</u>

- (i) Com a mudança da Lei do PAT e a impossibilidade na cobrança de taxa negativa (descontos), houve aumento nos gastos com fidelização de clientes (bonificação de usuários) em 2024.

25 Despesas com pessoal

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Remunerações e encargos	(31.376)	(32.906)	(31.392)	(32.907)
Benefícios	(5.175)	(5.686)	(5.177)	(5.685)
Férias e encargos	(2.529)	(3.466)	(2.530)	(3.466)
13º salário e encargos	(1.928)	(2.138)	(1.928)	(2.138)
Participação no resultado	<u>(1.450)</u>	<u>(1.253)</u>	<u>(1.450)</u>	<u>(1.253)</u>
	<u>(42.458)</u>	<u>(45.449)</u>	<u>(42.477)</u>	<u>(45.449)</u>



26 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Provisão para perdas esperadas	(2.679)	(4.207)	(2.205)	(5.372)
Despesas comerciais	(5.590)	(5.260)	(5.626)	(5.260)
Despesas operacionais	(5.459)	(4.483)	(5.460)	(4.483)
Assessoria e consultoria	(5.120)	(6.271)	(5.121)	(6.271)
Perdas com recebíveis	(1.334)	-	(1.334)	-
Despesas prediais e de ocupação	(1.111)	(1.178)	(1.112)	(1.178)
Manutenção e conservação de bens	(239)	(452)	(239)	(452)
Comunicação	(74)	(240)	(74)	(240)
Auditoria	(301)	(535)	(301)	(535)
Serviços de terceiros	(192)	(90)	(192)	(90)
Despesas bancárias	(122)	(132)	(122)	(132)
Serviços do sistema financeiro	-	-	(923)	(1.165)
Impostos e taxas	(638)	(680)	(638)	(679)
Materiais de escritório	(75)	(87)	(75)	(87)
Royalties	(1.145)	(1.316)	(1.145)	(1.316)
Serviços administrativos CD Holdings	(3.435)	(3.950)	(3.435)	(3.950)
Custo com holdings	(1.758)	(2.210)	(1.758)	(2.210)
	<u>(29.272)</u>	<u>(31.091)</u>	<u>(29.760)</u>	<u>(33.420)</u>
PDD	(2.679)	(4.207)	(2.205)	(5.372)
Despesas administrativas	(26.593)	(26.884)	(27.555)	(28.048)

27 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Ganho na venda de imobilizado	45	237	45	237
Receitas com partes relacionadas (nota explicativa 21)	681	-	613	-
Receita garantia financeira	164	-	164	-
Recuperação crédito de impostos	-	2.149	-	2.149
Outras receitas	<u>1.465</u>	<u>86</u>	<u>1.516</u>	<u>95</u>
Subtotal - Outras receitas	<u>2.355</u>	<u>2.472</u>	<u>2.338</u>	<u>2.481</u>
Provisão para contingências	(4.321)	(5.703)	(4.321)	(5.703)
Perdas com causas judiciais	(11.412)	(8.351)	(11.412)	(8.351)
Provisão para contrato oneroso (i)	-	1.105	-	1.105
Despesa com aquisição de carteiras	-	(16)	-	(16)
Perda com alienação de imobilizado	(13)	(2.442)	(13)	(2.442)
Contribuições e doações	(60)	(31)	(60)	(31)
Perdas indedutíveis	-	(203)	-	(203)
Outras despesas (ii)	<u>(555)</u>	<u>444</u>	<u>(8.519)</u>	<u>444</u>
Subtotal - Outras despesas	<u>(16.361)</u>	<u>(15.197)</u>	<u>(24.325)</u>	<u>(15.197)</u>
Total - Outras receitas (despesas) líquidas	<u>(14.006)</u>	<u>(12.725)</u>	<u>(21.987)</u>	<u>(12.716)</u>

- (ii) Refere-se à aplicação do CPC 25 ao contrato firmado com a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) cujos custos para cumprimento e continuidade da prestação do serviço superam as receitas esperadas. Em 2023 foi revertida por completo a provisão do contrato oneroso (R\$ 1.105);
- (iii) Em 2024, no consolidado, refere-se a baixa de incobráveis (R\$ 7.964) reconhecida no fundo FIDC Policard II. Em 2023, no individual, resultado positivo devido a reversões de provisão.



28 Receitas (despesas) financeiras, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receita líquida antecipação serviços	19.080	19.648	19.080	19.648
Receita de aplicação financeira (i)	36.310	39.033	2.091	3.030
Juros ativos (ii)	1.008	1.380	1.008	1.380
Rendimentos sobre cotas do fundo de renda fixa	-	-	4.310	1.226
Receitas financeiras com partes relacionadas (nota explicativa 21)	6	11	6	11
Atualização de créditos fiscais	885	863	885	863
Descontos obtidos	1	5	1	5
Varição cambial ativa (iii)	24	90	24	90
Outras receitas financeiras	-	-	123	117
(-) PIS/Cofins sobre receitas financeiras	<u>(1.835)</u>	<u>(1.977)</u>	<u>(1.835)</u>	<u>(1.977)</u>
Subtotal - receitas financeiras	<u>55.479</u>	<u>59.053</u>	<u>25.693</u>	<u>24.393</u>
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(101)	(1.378)	(101)	(1.378)
Despesas financeiras com partes relacionadas (nota explicativa 21)	(436)	(678)	(437)	(678)
IOF	(380)	(210)	(380)	(210)
Descontos concedidos	-	(195)	-	(196)
Juros passivos	(23)	(26)	(23)	(26)
Multas	(13)	(16)	(13)	(16)
Varição cambial passiva	(165)	(12)	(165)	(12)
Juros sobre arrendamento (CPC06)	(149)	(127)	(149)	(127)
Outras despesas financeiras	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(25)</u>	<u>-</u>
Subtotal - despesas financeiras	<u>(1.267)</u>	<u>(2.642)</u>	<u>(1.291)</u>	<u>(2.643)</u>
Total - Receitas (despesas) financeiras, líquidas	<u>54.212</u>	<u>56.411</u>	<u>24.402</u>	<u>21.750</u>

- (i) O saldo de receita de aplicação financeira da controladora inclui R\$ 34.219 (R\$ 36.003 em 2023) de rendimentos sobre as quotas do FIDC II.
- (ii) Referem-se a juros cobrados de títulos em atraso do contas a receber resultante de ações de cobrança intensificadas em 2023 e 2024.
- (iii) Em 2024 variação cambial referente ao pagamento das invoices de Consultoria CD. Holding (nota explicativa 21).

29 Gerenciamento de riscos

a. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia possui exposição aos seguintes riscos através de seu uso de instrumentos financeiros:

- Riscos de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco operacional.

Esta nota explicativa apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada tipo de risco mencionado acima, os objetivos da Companhia, as políticas e os procedimentos para mensuração e gerenciamento de riscos, assim como a gestão de capital da Companhia.



Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e pela supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Administração é responsável pelo desenvolvimento e pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco. Os gestores de cada departamento reportam-se regularmente à Administração sobre as suas atividades.

As políticas são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e de seus procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e as suas obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com as suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros, conforme apresentado abaixo.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Nota	2024	2023	2024	2023
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	4	65.060	67.224	86.450	93.132
Ativos financeiros	5	15.839	14.642	17.259	15.637
Contas a receber de clientes	6	81.384	105.189	148.719	181.064
Fundos de investimentos em direitos creditórios	7	90.113	102.574	-	-
Outros créditos	9	<u>20.538</u>	<u>18.977</u>	<u>20.680</u>	<u>18.977</u>
		<u>272.934</u>	<u>308.606</u>	<u>273.108</u>	<u>308.810</u>
Circulante		272.934	308.606	273.108	308.810

Contas a receber de clientes

Agindo de forma preventiva quando da concessão de créditos aos clientes, a exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Porém, a Administração da Companhia também considera os riscos por região, através de históricos de créditos com liquidação duvidosa. Dessa forma, a Administração estabeleceu políticas de créditos sob as quais cada novo cliente é analisado, visando a um tratamento adequado para diversas situações identificadas, tendo por base uma análise de crédito eficaz.

Por sua vez, para o gerenciamento dos riscos de crédito dos recebíveis já constituídos, a companhia efetuou aplicação da abordagem simplificada do modelo prospectivo de perdas esperadas, consoante com o CPC 48. Além disso, a Companhia busca pulverizar suas receitas



através de seu portfólio de clientes, não existindo concentrações relevantes em clientes específicos.

Garantias

Para algumas operações do contas a receber da Companhia, que estão em atraso, foram apresentadas garantias reais, reduzindo o risco de crédito destas operações.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A previsão do fluxo de caixa é realizada pela Alta Administração, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que esta tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, além de manter espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou as cláusulas dos empréstimos (quando aplicáveis) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão considera os planos de financiamento da dívida da Companhia, o cumprimento de cláusulas, o cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, as exigências regulatórias externas ou legais.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros:

Controladora			
2024	Fluxo de caixa	Até	Acima de
Passivos financeiros	contratual	1 ano	1 ano
Fornecedores conveniados	124.261	124.261	-
Crédito não consumidos pelos usuários	67.583	67.583	-
Obrigações sociais	6.270	6.270	-
Obrigações fiscais	1.378	1.378	-
Valores a pagar com partes relacionadas	1.001	1.001	-
Outros débitos e valores	14.181	14.181	-
	214.674	214.674	-
2023			
Passivos financeiros			
Fornecedores conveniados	146.885	146.885	-
Créditos não consumidos pelos usuários	70.959	70.959	-
Obrigações sociais	6.492	6.492	-
Obrigações fiscais	1.430	1.430	-
Valores a pagar com partes relacionadas	4.511	240	4.271
Outros débitos e valores	19.804	19.804	-
	250.081	245.810	4.271



Consolidado			
2024	Fluxo de caixa	Até	Acima de
Passivos financeiros	contratual	1 ano	1 ano
Fornecedores conveniados	124.261	124.261	-
Crédito não consumidos pelos usuários	67.583	67.583	-
Obrigações sociais	6.289	6.289	-
Obrigações fiscais	1.379	1.379	-
Valores a pagar com partes relacionadas	1.021	1.021	-
Outros débitos e valores	14.217	14.217	-
	<u>214.750</u>	<u>214.750</u>	<u>-</u>
2023			
Passivos financeiros			
Fornecedores conveniados	146.885	146.885	-
Créditos não consumidos pelos usuários	70.959	70.959	-
Obrigações sociais	6.492	6.492	-
Obrigações fiscais	1.430	1.430	-
Valores a pagar com partes relacionadas	4.511	240	4.271
Outros débitos e valores	20.008	20.008	-
	<u>250.285</u>	<u>246.014</u>	<u>4.271</u>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ser realizados antecipadamente.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e as taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno. Pelo perfil do risco da atividade de concessão, a Companhia não possui operações de derivativos.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia procura manter sua exposição à mudança de taxas de juros em níveis aceitáveis. A exposição a este risco está relacionada a empréstimos e financiamentos e a aplicações financeiras.

A Companhia não realizou a análise de sensibilidade para este risco, já que a maioria desses passivos está vinculada à taxa de juros prefixada, e compreende que qualquer mudança em passivos e ativos financeiros vinculados à taxa de juros fixa seria compensada entre si e produziria efeito no resultado irrelevante.

Gestão de capital

A política da Companhia em manter uma base sólida de capital resulta na confiabilidade dos investidores, dos credores e do mercado, assim como solidifica alicerces para o desenvolvimento de negócios futuros. O constante monitoramento do retorno de capital e o zelo pela política de distribuição de dividendos são práticas consagradas em respeito ao acionista e ao empreendimento administrado.



Ao administrar seu capital, os objetivos da Companhia são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal, capaz de promover a otimização dos custos incorridos.

Risco operacional

Os riscos operacionais são os riscos diretos e indiretos de perdas decorrentes de uma variedade de causas associadas aos processos da Companhia, assim como aos colaboradores, à tecnologia e à infraestrutura, além de fatores externos de mercado e de liquidez, como os decorrentes de ações legais e requerimentos regulatórios.

O objetivo da Companhia é gerenciar os riscos operacionais, assim como evitar as perdas financeiras e os danos à reputação das empresas, mediante procedimentos e políticas alinhados às atividades e aos negócios da Companhia.

A responsabilidade de desenvolver, implementar e monitorar controles para endereçar os riscos operacionais é da Alta Administração da Companhia, sendo auxiliada pela recém-implementada Auditoria Interna, sobretudo quanto a revisões periódicas dos controles e das políticas internas, a fim de garantir as implementações e o funcionamento adequados.

b. Demonstração dos ativos e passivos financeiros em suas respectivas classificações por categorias

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme quadros abaixo:

Controladora				
2024				
	Nota	Valor justo por meio do resultado	Ativos pelo custo amortizado	Passivos pelo custo Amortizado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	65.060	-
Ativos financeiros	5	15.839	-	-
Contas a receber de clientes	6	-	81.384	-
Fundos de investimentos em direitos creditórios	7	90.113	-	-
Outros créditos	9	-	20.538	-
Passivos				
Fornecedores	14	-	-	(124.261)
Valores a pagar a partes relacionadas	21	-	-	(1.001)
Outros débitos e valores	19	-	-	(14.181)
Total		105.952	166.982	(139.443)



UP Brasil Administração e Serviços Ltda.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024

Controladora				
2023				
	Nota	Valor justo por meio do resultado	Ativos pelo custo amortizado	Passivos pelo custo amortizado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	67.224	-
Ativos financeiros	5	14.642	-	-
Contas a receber de clientes	6	-	105.189	-
Fundos de investimentos em direitos creditórios	7	102.574	-	-
Outros créditos	9	-	18.977	-
Passivos				
Fornecedores	14	-	-	(146.885)
Valores a pagar a partes relacionadas	21	-	-	(4.511)
Outros débitos e valores	19	-	-	(20.008)
		117.216	191.390	171.404

Consolidado				
2024				
	Nota	Valor justo por meio do resultado	Ativos pelo custo amortizado	Passivos pelo custo Amortizado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	86.450	-
Ativos financeiros	5	17.259	-	-
Contas a receber de clientes	6	-	148.719	-
Outros créditos	9	-	20.680	-
Passivos				
Fornecedores	14	-	-	(124.261)
Valores a pagar a partes relacionadas	21	-	-	(1.021)
Outros débitos e valores	19	-	-	(14.217)
Total		17.259	255.849	(139.499)

Consolidado				
2023				
	Nota	Valor justo por meio do resultado	Ativos pelo custo amortizado	Passivos pelo custo amortizado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	93.132	-
Ativos financeiros	5	15.637	-	-
Contas a receber de clientes	6	-	181.064	-
Outros créditos	9	-	18.977	-
Passivos				
Fornecedores	14	-	-	(146.885)
Valores a pagar a partes relacionadas	21	-	-	(4.511)
Outros débitos e valores	19	-	-	(20.008)
		15.637	293.173	(171.404)



Durante o exercício não houve alterações em relação às classificações apresentadas no quadro acima.

Valor justo versus valor contábil

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo, apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2** - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou o passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Controladora					
	Nota	Valor contábil em 2024	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros	5	15.839	-	15.839	-
Fundos de investimentos em direitos creditórios	7	90.113	-	90.113	-
	Nota	Valor contábil em 2023	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros	5	14.642	-	14.642	-
Fundos de investimentos em direitos creditórios	7	102.574	-	102.574	-

Consolidado					
	Nota	Valor contábil em 2024	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros	5	17.259	-	17.259	-
	Nota	Valor contábil em 2023	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros	5	15.637	-	15.637	-

30 Eventos subsequentes

Em março de 2025, a Administração foi surpreendida pela revogação de um Mandado de Segurança Coletivo que concedia fruição de benefício sobre tese fiscal da qual a Companhia vinha se aproveitando. Dessa forma e, cumprindo com suas obrigações fiscais, registrou perdas no valor de R\$ 8.031 referente ao retorno dos valores aproveitados para os cofres públicos.



UP Brasil Administração e Serviços Ltda.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024

A Administração da Companhia ressalta sobre as novas vertentes trazidas pela nova Lei do PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador) em 2023 e que, em 2024, permaneceram em discussão e sem decisão até a publicação das demonstrações financeiras.

* * *

Diretoria

Alexandre Nani
Diretor Financeiro

Thomas Pillet
Diretor Geral

Controladoria

Yalis Kluska Rosa
Contadora CRC-SP-1SP258872/O-7



		dez-24	
LIQUIDEZ CORRENTE (ILC)			
	Valores (R\$)		
Ativo Circulante	285.410.148,34	=	1,24
Passivo Circulante	229.248.619,65		
LIQUIDEZ GERAL (ILG)			
Ativo Circulante + Realizável à Longo Prazo	324.628.747,39	=	1,21
Passivo Circulante + Exigível à Longo Prazo	267.644.248,91		
LIQUIDEZ SECA (ILS)			
Ativo Circulante - Estoques	285.410.148,34	=	1,24
Passivo Circulante	229.248.619,65		
SOLVÊNCIA GERAL (ISG)			
Total Ativo	336.881.316,91	=	1,26
Passivo Circulante + Exigível à Longo Prazo	267.644.248,91		
ENDIVIDAMENTO (IE)			
Passivo Circulante + Exigível à Longo Prazo	267.644.248,91	=	0,79
Total Ativo	336.881.316,91		
GARANTIA DE CAPITAIS DE TERCEIROS (GCT)			
Passivo Circulante + Exigível à Longo Prazo	267.644.248,91	=	3,87
Patrimônio Líquido	69.237.068,00		
CAPITALIZAÇÃO			
Patrimônio Líquido	69.237.068,00	=	0,21
Total Ativo	336.881.316,91		
IMOBILIZAÇÃO			
Ativo permanente	12.252.569,52	=	0,11
Patrimônio Líquido + Exigível a Longo Prazo	107.632.697,26		
GARANTIA DE CAPITAIS DE TERCEIROS (GCT II)			
Patrimônio Líquido	69.237.068,00	=	0,26
Passivo Circulante + Exigível à Longo Prazo	267.644.248,91		
ÍNDICE DE LIQUIDEZ IMEDIATA (ILI)			
	Valores (R\$)		
Disponibilidades	79.176.326,54	=	0,35
Passivo Circulante	229.248.619,65		
CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO (CCL)			
	Valores (R\$)		
Ativo Circulante	285.410.148,34		
Passivo Circulante	229.248.619,65		
Ativo Circulante - Passivo Circulante	=		56.161.528,69

THOMAS RICHARD Assinado de forma digital
 por THOMAS RICHARD
 VICTOR RENE
 PILLET:2294111087
 Dados: 2025.05.13 14:17:32

9 Thomas Richard Victor René
 Diretor Geral

CPF: 229.411.108-79

YALIS KLUSKA ROSA Assinado de forma digital por
 YALIS KLUSKA ROSA
 DONINI:2851988387
 Dados: 2025.05.13 12:15:23
 -03'00'

7

Yalis Kluska Rosa Donini
 Contadora
 CRC: 1SP258872/O-7
 CPF: 285.198.838-77



Dautin Blockchain
Rua Dagoberto Nogueira, 100
Ed. Torre Azul - 11º Andar
Sala 1101, Centro, Itajaí - SC
(47) 3514-7599 | (47) 99748-2223
www.dautin.com | dautin@dautin.com



Prova de Autenticidade válida até 20/10/2025

CERTIFICADO DE PROVA DE AUTENTICIDADE ELETRÔNICA

A **Dautin Blockchain** CERTIFICA para os devidos fins de direito que, o arquivo digital especificado com o tipo documental **Autenticação** e representado pela função hash criptográfica conhecida como SHA-256, de código **3bb6ca226daf1be5f95ee999a5db9d410b312c269ae942ac2e7747468c189044** foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes¹ através da rede blockchain Binance Smart Chain, sob o identificador único denominado NID **279317** dentro do sistema.

A autenticação eletrônica do documento intitulado "**BALANÇO PATRIMONIAL UP 2024 E ANEXOS**", cujo assunto é descrito como "**BALANÇO PATRIMONIAL UP 2024 E ANEXOS**", faz prova de que em **22/07/2025 13:12:39**, o responsável **UP Brasil Administração e Serviços Ltda (02.959.392/0001-46)** tinha posse do arquivo com as mesmas características que foram reproduzidas na prova de autenticidade, sendo de UP Brasil Administração e Serviços Ltda a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a Dautin Blockchain

Este CERTIFICADO foi emitido em **22/07/2025 13:20:48** através do sistema de autenticação eletrônica da empresa Dautin Blockchain de acordo com o Art. 10, § 2º da MP 2200-2/2001, Art. 107 do Código Civil e Art. 411, em seus §§ 2º e 3º do Código de Processo Civil, estando dessa maneira de acordo para o cumprimento do Decreto 10278/2020.

Para mais informações sobre a operação acesse o site <https://www.dautin.com> e informe o código da transação blockchain **0xe266184ee71b6d3bb4b8bb1237e64f5fef635fe9ee82c121b81ef729e6fcb576**. Também é possível acessar a consulta através da rede blockchain em <https://bscscan.com/>

¹ Legislação Vigente: Medida Provisória nº 2200-2/2001, Código Civil e Código de Processo Civil.



Presidência da República Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos
MEDIDA PROVISÓRIA 2.200-2
DE 24 DE AGOSTO DE 2001.

